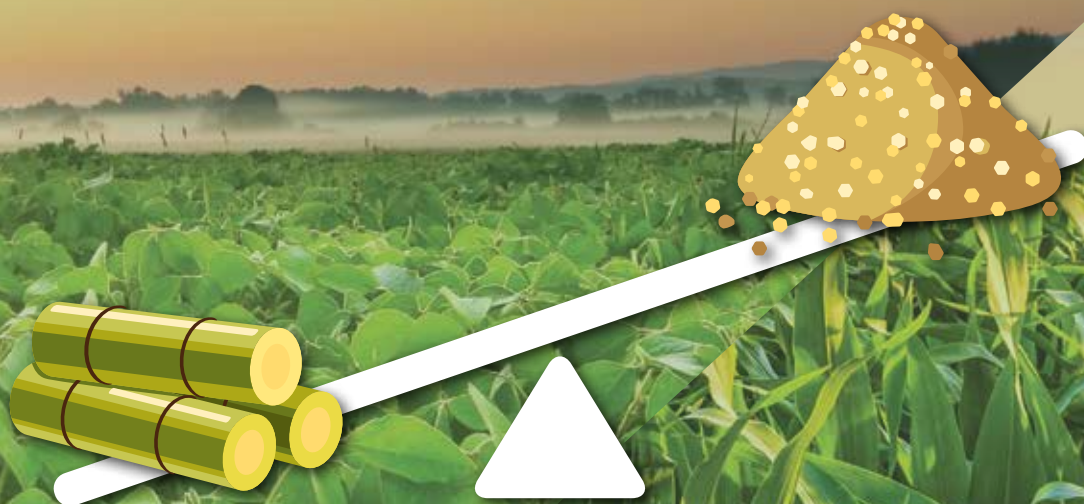


AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 41 | Nº 03 | MARÇO 2021 | R\$ 15,00



SOJA E MILHO DESBANCAM CANA-DE-AÇÚCAR EM RENTABILIDADE

FGV EESP
ESCOLA DE
ECONOMIA DE
SÃO PAULO



CIÊNCIA DERRUBADOS OS DEZ MAIORES MITOS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

ETANOL DE CANA VS. DE MILHO CUSTOS SEMELHANTES NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP

ESPECIAL ASBRAM CICLO DE ALTA NOS PREÇOS DA PECUÁRIA DE CORTE

Consultoria especializada para cooperativas agro? No Sistema Ocesp tem!

Nada melhor do que contar com a orientação de um profissional que entende seu negócio desde a raiz, não é verdade?

É por isso que o Sistema Ocesp realizou uma reestruturação no seu atendimento para que as cooperativas agropecuárias paulistas recebam consultoria especializada. São dois profissionais, sediados no interior do estado, engenheiros agrônomos de formação e com ampla vivência no cooperativismo agropecuário:

Sinohe Oliveira

Regiões Oeste e Nordeste

sinohe.oliveira@sescoopsp.coop.br

Marcos Valentini

Regiões Centro Paulista e Sudeste

marcos.valentini@sescoopsp.coop.br

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Desenvolver relacionamento contínuo com as cooperativas do ramo agropecuário, facilitando o entendimento da demanda e auxiliando no acesso às soluções da entidade;
- Realizar articulações com esferas públicas e privadas, visando ao atendimento de pleitos do cooperativismo;
- Identificar necessidades das cooperativas e oportunidades de atuação, propondo projetos, programas e ações que contribuam para seu desenvolvimento sustentável.

QUER SABER MAIS?

Envie um e-mail para nossos consultores ou ligue para a Central de Relacionamento do Sistema Ocesp pelo tel:

(11) 3146-6200



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (Licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Jorge Iribarra (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Isaac Sidney Menezes Ferreira (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto

Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Solange Srouf (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito



Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor-chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos

Arte: Alexandre Monteiro

Revisor: Alexandre Sobreiro

Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho

Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin

Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,

Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br

www.fgv.br/agroanalysis

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS IMPORTANTES VEÍCULOS FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO**.

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



www.agroanalysis.com.br
contato@agroanalysis.com.br

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PICO DA RENTABILIDADE DA SOJA E DO MILHO

AS INCERTEZAS quanto ao ritmo de vacinação e à renovação do auxílio emergencial dificultam as estimativas de crescimento da economia. Numa visão otimista, com um avanço mais rápido no processo de vacinação – o que permitirá a reabertura da economia – e a existência do apoio do auxílio emergencial, o Produto Interno Bruto (PIB) poderá crescer cerca de 4,0%. Em um cenário pessimista, com a vacinação prosseguindo em ritmo lento e sem o auxílio emergencial, o crescimento econômico poderá ficar em torno de 2,5%. Além desses pontos, a questão política continua gerando preocupação. Os solavancos permanecem. No final de fevereiro último, a troca de presidente da Petrobras causou um grande mal-estar com relação à condução econômica do Governo.

O aspecto positivo é que, para o agronegócio, as cores são realmente azuis. Os preços permanecem muito bons e o câmbio, que deve ainda se apreciar, ficará em um patamar muito conveniente para as culturas de exportação.

Tudo indica que a inflação será moderada neste ano, ficando ao redor de 4,0% em dezembro. Já está na conta um soluço aritmético que vai empurrar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) provisoriamente para perto dos 6,0% nos próximos meses. O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central do Brasil (BCB), sinalizou que deverá iniciar o processo de elevação da taxa básica de juros (Selic).

Estima-se que a taxa poderá chegar até 3,5% ou 4,0% ao ano até o final de 2021. Repetimos que, diante dessa expectativa de elevação da Selic, o financiamento de investimentos com prazo superior a cinco anos, com juros fixos de 7,0% ao ano, tende a ser uma decisão razoável. Mas atenção! Por apenas um ano, a taxa de 7,0% é muito elevada. É melhor utilizar recursos próprios se possível.

Por mais um ano, avaliamos as rentabilidades médias das atividades agropecuárias e de outras opções de investimento de capital. Diante da grande insegurança provocada pela pandemia de COVID-19, com as principais economias do mundo apresentando perdas do PIB, aumentou a procura por investimentos mais seguros, como o ouro e o dólar, que valorizaram, respectivamente, 55,9% e 28,9% em 2020. Esses foram os maiores retornos entre as opções de investimento analisadas. Entre as atividades agropecuárias, os destaques foram a soja e o milho, com rentabilidade média de 10,4%, superando a cana-de-açúcar pela primeira vez desde 2016. A rentabilidade desses dois cereais é justificada pela forte alta dos preços, puxada pela demanda aquecida, com câmbio em alta e estoques domésticos baixos. O mercado de etanol sofreu no primeiro semestre de 2020 com a queda da demanda, o que derrubou a rentabilidade da cana-de-açúcar.

A produção de etanol tem apresentado uma mudança estrutural com a crescente utilização do milho para a sua produção,

tanto em indústrias anexas às unidades tradicionais de cana-de-açúcar (*flex*), quanto em unidades dedicadas (*full*). Para a avaliação comparativa desses modelos, é preciso compreender que as lógicas de produção e de viabilidade econômica do uso dessas duas matérias-primas (cana e milho) são bem diferentes. Atualmente, considerando uma usina na região de Ribeirão Preto-SP e os preços atuais do milho, em torno de R\$ 65,00/saca, e do DDG (subproduto do processamento de milho), em R\$ 1.400/tonelada, os custos de produção do etanol de cana e do de milho são praticamente equivalentes.

Voltando o olhar para a agroindústria brasileira como um todo, o setor fechou 2020 com a leve contração de -1,1%. Dado todo o contexto gerado pela pandemia, essa retração pode ser bem vista, pois foi a menor entre todos os principais segmentos da indústria nacional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria brasileira registrou uma queda de 4,5% no ano. Para este ano, o Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro) projeta uma expansão de 5,0% da produção da agroindústria.

Na entrevista do mês, trazemos o depoimento inteligente de Edivaldo Del Grande, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) e do Fórum Paulista do Agronegócio (FPA). No Brasil, há 5.300 cooperativas e 15,5 milhões de

cooperados; no Planeta, o número de cooperados passa de 1 bilhão. Quando se olha para a agricultura, o atual estado de calamidade financeira de alguns estados brasileiros preocupa o sistema cooperativista, sobretudo diante do impacto proveniente de um possível aumento na carga tributária dos produtos da cesta básica de alimentos. As medidas a ser tomadas pelos governos precisarão ser balanceadas para não comprometer a competitividade desse setor.

Na reunião de fevereiro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp), a pauta centrou-se nas mudanças em curso diante do novo comando no governo dos Estados Unidos. O diplomata Sérgio Amaral traçou uma análise detalhada sobre o governo Joe Biden e os seus efeitos no agronegócio brasileiro. As conversas correram no sentido de o Brasil

aproveitar esse momento para estabelecer alianças com os norte-americanos nas áreas de meio ambiente e energia renovável. Na Organização Mundial do Comércio (OMC), a tendência de florescerem as negociações multilaterais deve voltar com mais força.

Por fim, o Caderno Especial deste mês celebra pela décima primeira vez a parceria da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) com a **Agroanalysis**. Em evidência, estão dois assuntos relevantes. O primeiro é a conjuntura particular do ciclo de alta nos preços da pecuária de corte, com a retenção natural de matrizes para o produtor retomar o crescimento do rebanho. E o segundo são as medidas de isolamento e *home office* para que as pessoas controlem o surto da pandemia de COVID-19, movimento que acelerou a era agrodigital por meio do trabalho remoto, com a prestação de

serviços a distância. Tudo isso servirá para disseminar tecnologia e informação a todos os elos da cadeia produtiva. ■



ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



-  @fgvagro
-  /fgvagro
-  @fgvagroanalysis
-  FGV Agro
-  /fgvagro

www.agroanalysis.com.br

contato@agroanalysis.com.br

04 EDITORIAL

- 07 ENTREVISTA**
EDIVALDO DEL GRANDE
IMPOSTO DOS ALIMENTOS NÃO DEVE SER AUMENTADO
- 10 FRASES & COMENTÁRIOS**
- 11 MACROECONOMIA**
ALTA DE JUROS NO HORIZONTE
- 12 AGRODROPS**

16 MERCADO & NEGÓCIOS

- 16 2020 FOI BOM E 2021 DEVE SER MELHOR
- 19 **CAPA** RENTABILIDADES DO AGRONEGÓCIO EM 2020
- 22 **CAPA** ETANOL DE CANA E DE MILHO, UMA COMPLEMENTARIDADE VIRTUOSA

24 POLÍTICA

- 24 OPÇÕES DA PEQUENA PRODUÇÃO DE AVES E SUÍNOS
- 26 **CAPA** DEZ MITOS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO DERRUBADOS

28 GESTÃO

- 28 AGRONEGÓCIO E O MERCADO DE CAPITAIS DE TÍTULOS VERDES

30



AGROCERES MULTIMIX
OS NOVOS HORIZONTES DA RECRIA

32



CAPA ASBRAM
CICLO DE ALTA NOS PREÇOS DA PECUÁRIA

21 PECUÁRIA DE CORTE
É HORA DE APROVEITAR AS OPORTUNIDADES!

41 REUNIÃO DO COSAG
GOVERNO JOE BIDEN E OS SEUS EFEITOS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

46 DIÁRIO DE BORDO
DE NOVO, A COMUNICAÇÃO

47 PRODUIZIR
CRISE FISCAL NÃO DEVE SACRIFICAR O AGRO

48 OPINIÃO
DESBUROCRATIZAR E SIMPLIFICAR PARA CRESCER

49 REFLEXÃO
MOVIMENTOS DISRUPTIVOS

50 PIMAGRO

IMPOSTO DOS ALIMENTOS NÃO DEVE SER AUMENTADO

EDIVALDO DEL GRANDE

Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) e coordenador do Fórum Paulista do Agronegócio (FPA)

Da Redação

DESDE MARÇO de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a **COVID-19**, doença causada pelo novo **coronavírus** (SARS-CoV-2), como pandemia, a sociedade atual convive em grande turbulência em todos os cantos do Planeta. Como presidente da Ocesp e coordenador do FPA, movimento que reúne 45 entidades da cadeia de produção agropecuária, Edivaldo Del Grande teve de liderar uma série de ações melindrosas. A nossa entrevista versa sobre esse difícil período e o cooperativismo, no qual Del Grande atua como produtor rural há mais de trinta anos e como dirigente de cooperativas e entidades agropecuárias há mais de vinte anos. Acumula, ainda, as funções de diretor do Departamento do Agronegócio (Deagro) e membro do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), órgãos ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

COMO AS COOPERATIVAS ALIAM AS VISÕES ECONÔMICA E SOCIAL?

EDIVALDO DEL GRANDE: Cooperativa é uma empresa diferente; ela já nasce com um DNA social. Desde meados do século XIX, quando surgiu o cooperativismo moderno contra os efeitos nocivos da Revolução Industrial na Inglaterra, as cooperativas são formadas com um único objetivo: melhorar a vida de seus participantes, chamados de cooperados. Em geral, são pequenos empreendedores que se unem e se organizam para conseguir ingressar no tão competitivo mercado. Juntos, eles conseguem diminuir custos, ganham escala e aumentam o poder de barganha, tanto para vender, como para consumir algum produto ou serviço.

Por meio do voto em assembleia, os próprios cooperados direcionam os rumos do negócio. A renda obtida é distribuída proporcionalmente à participação ou



ao trabalho de cada um. A distribuição dos recursos é feita de maneira justa e pulverizada. Isso faz com que os cooperados movimentem a economia de suas localidades, atraindo investimentos em educação, saúde, transporte, comércio, lazer etc. Toda a comunidade

ganha com a presença da cooperativa. A Universidade de São Paulo (USP) fez esta medição: onde há cooperativa, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é melhor.

QUAL É A REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA COOPERATIVISTA?

EDG: No estado de São Paulo, somos 3,6 milhões de cooperados em mais de mil cooperativas. O faturamento movimentou cerca de R\$ 65 bilhões por ano, gerando crescimento econômico aliado a benefícios sociais de maneira duradoura e sustentável. Temos cooperativas nas mais variadas atividades econômicas, como agropecuária, crédito, consumo, educação, eletrificação rural, saúde, transporte, reciclagem e serviços em geral.

No Brasil, são 5.300 cooperativas e 15,5 milhões de cooperados. Se pensarmos em quatro pessoas por família em média, podemos considerar que mais de 60 milhões de brasileiros estão vinculados ao cooperativismo. Praticamente 50% dos alimentos produzidos no País passam por elas. Na área da Saúde, 38% do mercado de planos assistenciais está nas mãos de cooperativas – temos o maior sistema cooperado de saúde suplementar do mundo. O cooperativismo de crédito

POR MEIO DO FPA E DA OCESP, CONVERSAMOS COM O GOVERNO PARA MINIMIZAR O IMPACTO DA PANDEMIA.

A COOPERATIVA TEM O PAPEL DE ORGANIZAR E POTENCIALIZAR OS NEGÓCIOS DOS PRODUTORES.,,

já tem a maior rede de agências do Sistema Financeiro Nacional (SFN), com tendência de crescer muito mais. No setor de compras, a maior cooperativa de consumo da América Latina está em São Paulo.

COOPERATIVAS DO AGRO CRESCERAM E FICARAM MAIS COMPLEXAS?

EDG: É importante lembrar que mesmo as grandes cooperativas são formadas por milhares de produtores rurais cooperados, a maioria sendo de pequenos. Em São Paulo, por exemplo, temos 160 cooperativas agropecuárias com 145 mil cooperados. Como 80% delas são formadas por mini e pequenos agricultores, cresce sua importância para mantê-los ativos e produtivos no campo. A cooperativa tem o papel de organizar e potencializar os negócios dos produtores. Mas vai muito além disso, pois propicia as condições para uma boa safra: fornece os insumos corretos na quantidade e na hora certas, presta assistência técnica e transfere tecnologia, leva ao campo os manejos mais avançados e, ainda, busca os mercados mais vantajosos.

Realmente, as nossas cooperativas profissionalizaram-se com foco em resultados, para melhorar o retorno aos cooperados. Muitas diversificaram suas atividades, conquistaram mercados exigentes no exterior, formalizaram alianças estratégicas e agregaram valor a seus produtos para se tornarem mais competitivas e rentáveis. O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), que é o sistema S do cooperativismo, criado no final da década de 1990, tem contribuído muito para aprimorar a gestão e os

resultados das cooperativas. Para isso, são montados cursos dos mais básicos aos de alta complexidade, com envolvimento, até mesmo, de Pós-graduação e missões internacionais. Por meio do SESCOOP, temos estimulado projetos de inovação e de intercooperação no cooperativismo.

QUAL É A AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA PANDEMIA SOBRE O AGRO DO ESTADO DE SÃO PAULO?

EDG: A produção agropecuária paulista é bem diversificada. Podemos fazer uma análise rápida e resumida dos impactos. Os itens da lista de exportação que estão entre os primeiros do *ranking* – como aqueles do complexo sucroalcooleiro, soja, café e carnes – tiveram o desempenho econômico favorecido por causa da desvalorização do real frente ao dólar e da demanda crescente da China por alimentos. Mas outros segmentos sentiram drasticamente a crise, como hortaliças, frutas, ovos e, também, leite, que foram muito prejudicados com o fechamento de restaurantes, bares e hotéis nos primeiros meses da quarentena.

Na verdade, a situação foi agravada com a suspensão da merenda escolar, que absorve boa parte da produção dos pequenos agricultores. Impacto semelhante ocorreu na floricultura. No início da pandemia, os produtores de flores chegaram a perder 70% do movimento previsto por conta da baixa demanda do mercado, uma vez que os eventos e as festas estavam proibidos. No período mais difícil, conversávamos quase diariamente com o governo, por meio do FPA e da Ocesp, em busca de alternativas para os negócios desses produtores.

MEDIDAS DE GOVERNO TRAZEM PREOCUPAÇÕES PARA O AGRONEGÓCIO?

EDG: Sem dúvida. Esse é um tema muito sensível no presente momento, devido à conjuntura econômica negativa provocada pela pandemia do novo coronavírus. É certo que os governos perderam arrecadação, mas o agro não pode ser a fonte dos milagres. A impressão que se tem é de que querem acabar com a galinha dos ovos dourados. O agro tem salvado a nossa economia há muitos anos. Não podemos repetir o que estão fazendo na Argentina. A taxação excessiva está acabando com a pujança do agronegócio dos nossos vizinhos argentinos, o que se reflete na economia de todo o país. Cabe, aqui, uma negociação conduzida de modo a prevalecer o bom senso.

É importante considerar que as decisões envolvem produtos de primeira necessidade, ou seja, para a alimentação, a saúde, o transporte. Os seus impactos são diretos sobre o custo de vida da população, principalmente dos mais pobres. No momento, estamos muito apreensivos com as mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tanto em nível estadual, como federal. O nosso olhar está voltado, agora, para o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que reúne os secretários das Secretarias Estaduais de Fazenda. Foi adiada para 12 de março próximo a reunião que decidirá sobre

a prorrogação do Convênio ICMS nº 100. Se não for prorrogado, teremos um aumento da base de cálculo para insumos agrícolas, o que impactará não só o agronegócio, como toda a população brasileira.

A PROPOSTA DO AJUSTE FISCAL PAULISTA FOI MUITO DURA PARA O AGRO?

EDG: Assim que tivemos conhecimento sobre o Projeto de Lei (PL) nº 529/20, trabalhamos com os deputados estaduais para que ele não fosse adiante. Logo percebemos o tamanho da encrência, com pleno aval para o governo alterar o ICMS de produtos com alíquotas abaixo de 18%. Isso atingia em cheio itens essenciais como os alimentos. Conseguimos adiar a votação por algumas semanas, mas o governo, com maioria na Assembleia Legislativa, venceu a queda de braço. Com a aprovação da Lei nº 17.923, em outubro último, o que era temido se concretizou. Com a justificativa de queda na arrecadação por conta da pandemia, o governo aumentou o ICMS de inúmeros segmentos, afetando significativamente atividades agropecuárias como as produções de alimentos, insumos, energia e combustíveis.

O FPA, formado por 45 entidades, não se rendeu. Atuamos diariamente para sensibilizar o governo a revogar as medidas que afetavam o setor e, consequentemente, oneravam o consumidor,

aumentando o custo de vida em plena crise. Os mais afetados seriam os pequenos produtores e a população de baixa renda. Além de manifestos escritos e reuniões com as autoridades, tomou corpo um “tratoração” em centenas de municípios paulistas, capitaneado por cooperativas e sindicatos rurais.

O GOVERNO ESTADUAL AFROUXOU AS MEDIDAS DE ARROCHO FISCAL?

EDG: Em grande parte, sim. Conseguimos com que o governador revogasse os aumentos sobre os hortifrutigranjeiros, as operações internas com insumos e a energia usada no campo. Trabalhamos, agora, para derrubar aumentos em itens essenciais que ficaram para trás, como leite pasteurizado, carnes, feijão, amendoim, óleo diesel e máquinas agrícolas usadas. Também é fundamental delimitar os efeitos da Lei, principalmente no seu artigo 22, que concede plenos poderes ao Executivo para aumentar o ICMS a qualquer tempo. Isso é uma grande preocupação dos produtores e de todos nós ligados ao agro paulista. Não podemos deixar que isso continue e seja herdado por outros governos.

Infelizmente, na hora do aperto, governos com dificuldades de planejamento e gestão apelam para o aumento de impostos. Deveria ser a última saída. A primeira providência seria, de forma racional e austera, diminuir o custo da máquina do estado e, ao mesmo tempo, incentivar o setor produtivo, estimulando ganhos de produtividade, empregabilidade, aquecimento da economia e exportação. Isso, naturalmente, aumentaria a arrecadação para os cofres públicos. Por último, deve-se pensar em impostos. Segundo uma análise recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para cada R\$ 1,00 de arrecadação adicional com o ICMS, haveria uma queda de R\$ 2,75 no consumo da população. O resultado é um tiro no pé! ■

“ ATUAMOS DIARIAMENTE PARA SENSIBILIZAR O GOVERNO A REVOGAR AS MEDIDAS QUE AFETAVAM O SETOR E, CONSEQUENTEMENTE, ONERAVAM O CONSUMIDOR...”

FRASES & COMENTÁRIOS

“



Agradecemos a indicação para o Prêmio Nobel da Paz com o apoio de 38 países e acreditamos cada vez mais na oferta de alimentos naturais e saudáveis produzidos com preservação ambiental.”

“**Fizemos um esforço coletivo com a decisão estratégica de desenvolver uma agricultura tropical sustentável totalmente dependente de ciência e tecnologia.**”

ALYSSON PAOLINELLI, ex-ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

“**O novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia passa pelo fomento a pesquisa, tecnologia e inovação, com mapeamento das cadeias produtivas para adensar a atividade industrial.**”

HAMILTON MOURÃO, vice-presidente da República e presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL)

“**Para tornarmos a agricultura mais digital, a inovação é imprescindível para adequá-la à realidade global de conciliar segurança alimentar com preservação ambiental.**”

“**Contabilizamos mais de 2 mil AgTechs no Brasil, com protocolos de certificação, rastreabilidade, *blockchain* e tecnologias para entregar um produto cada vez mais sustentável e seguro aos consumidores.**”

TEREZA CRISTINA, ministra do MAPA

“**Como cerca de 40% das emissões brasileiras estão ligadas a desmatamento, combater essa prática significa atacar a mudança climática.**”

ANDRÉ GUIMARÃES, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

“**É preciso assegurar resultados realistas e ambiciosos, especialmente em agricultura, na 12ª Conferência Ministerial da OMC, prevista para julho deste ano, no Cazaquistão.**”

Nota do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a escolha da Dra. Ngozi Okonjo-Iweala para o cargo de diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC)



ALTA DE JUROS NO HORIZONTE

ROGÉRIO MORI

Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)

A ECONOMIA global segue em ritmo de recuperação no início de 2021, à medida que o processo de vacinação avança nas principais economias do mundo. É de se esperar que medidas de flexibilização do isolamento, principalmente na Europa, sejam adotadas nos próximos meses, o que contribuirá para consolidar a retomada da atividade econômica da região.

No caso dos Estados Unidos (EUA), as perspectivas são de que o número de óbitos recue ao longo dos próximos meses. A economia norte-americana deve ser impulsionada pela aprovação de um novo pacote fiscal pelo Congresso, por condições financeiras favoráveis e pelo controle da pandemia. Com isso, estima-se que o Produto Interno Bruto (PIB) americano registre uma expansão na ordem de 6,5% neste ano. Em função disso, é provável que o Fed (Banco Central dos EUA) venha a sinalizar para o início da retirada dos estímulos monetários no começo de 2022.

No Brasil, a recuperação da atividade prossegue apesar do ritmo lento da vacinação. De fato, especulava-se que o fim do auxílio emergencial no final de 2020 poderia provocar uma desaceleração acentuada nos primeiros meses do ano. Isso não se materializou, e a economia prosseguiu em ritmo de lenta recuperação. Esse tem sido um dado positivo, dada a escassez de vacinas no País, o que tem comprometido a velocidade do processo de vacinação. Com isso,

o processo de reabertura da economia tem sido relativamente comprometido.

As dúvidas quanto à disponibilidade de vacinas no País colocam uma variável de grande incerteza na equação do crescimento econômico brasileiro deste ano. A renovação do auxílio emergencial, ainda que em outro formato e menor valor, também é outra variável de incerteza nessa equação. Em uma visão otimista, caso o processo de vacinação avance rapidamente, permitindo uma rápida reabertura da economia brasileira, e, nesse meio tempo, haja o apoio do auxílio emergencial, o PIB poderá crescer cerca de 4,0% neste ano. Em um cenário pessimista, em que o processo de vacinação prossiga em ritmo lento, com a reabertura sendo relativamente comprometida por conta disso, e sem o auxílio emergencial, o crescimento econômico do ano poderá ficar em torno de 2,5%.

Ainda que as incertezas rondem o campo do crescimento econômico, as notícias no setor externo são boas para o Brasil. O déficit em conta-corrente caiu de US\$ 50,7 bilhões, em 2019, para US\$ 12,5 bilhões, no ano passado. Isso se deveu tanto à melhora do saldo comercial brasileiro, como à diminuição do déficit de serviços e rendas.

Neste ano, o déficit em conta-corrente deve recuar ainda mais, devendo ficar próximo de zero. Isso deve ocorrer mesmo com o aumento das importações brasileiras (por conta da retomada)

e o aumento do déficit de serviços e rendas. Esses efeitos devem ser compensados pelo aumento dos preços internacionais das *commodities*, o que favorece as exportações brasileiras. O quadro de contas externas favorável abre espaço para que o dólar feche o ano em torno de R\$ 4,90.

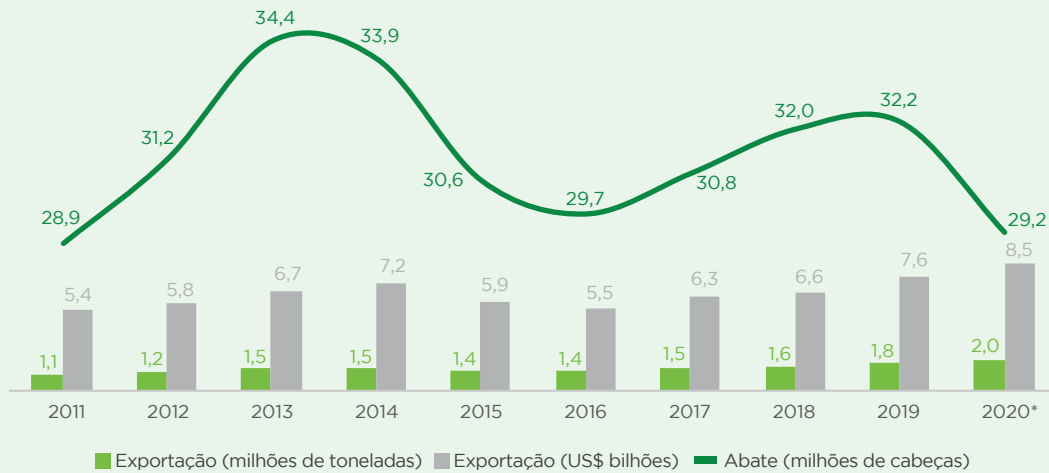
Um aspecto que continua a gerar preocupações no começo do ano diz respeito à inflação. Desde os últimos meses de 2020, o ritmo de alta dos preços acelerou. As análises iniciais apontavam que esse fenômeno era transitório e se dissiparia em um ou dois meses. A realidade dos fatos mostrou-se mais dura do que essas interpretações, e o ritmo de alta dos preços mostrou-se mais persistente, levando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a fechar o ano passado registrando uma variação de 4,5%.

Tudo indica que a inflação será mais moderada em 2021, devendo fechar o ano em torno de 3,7%. De qualquer forma, o Banco Central do Brasil (BCB) já sinalizou que irá iniciar o processo de aperto da política monetária. O uso do chamado “*forward guidance*”, ou seja, a indicação de que a Selic iria permanecer em 2,0% a.a. por um longo período, foi removido da comunicação do BCB. O Comitê de Política Monetária (Copom), do BCB, deverá iniciar o processo de elevação da taxa Selic nas próximas reuniões, e o ano deverá encerrar-se com uma taxa básica de juros de 3,5% a.a. ■

EXPORTAÇÃO RECORDE DE CARNE BOVINA

As exportações brasileiras de carne bovina fecharam 2020 com um novo recorde de volume (2,0 milhões de toneladas) e de faturamento (US\$ 8,5 bilhões). Em relação a 2019 (recorde anterior), as exportações cresceram 11,1% em quantidade e 11,8% em valor. Para este ano, a estimativa é de que o País fature US\$ 8,79 bilhões com o comércio de 2,14 milhões de toneladas de carne, o que representaria um novo recorde, puxado pelo incremento dos negócios com a Ásia. O problema está no ciclo de preços altos e de retenção das matrizes no rebanho nacional, uma limitação para a intensificação dos abates de animais.

BRASIL: EXPORTAÇÃO E ABATE DE CARNE BOVINA



*Preliminar
Fonte: IBGE; Conab; SECEX

CRESCER A EXPORTAÇÃO DE FRUTAS

Durante 2020, o Brasil alcançou novamente recorde em volume (1,0 milhão de toneladas) e em receita (US\$ 875 milhões) na exportação de frutas. Como outras produções não afetadas negativamente pelos efeitos da pandemia causada pelo novo coronavírus, a produção e a exportação entre as frutíferas seguiram firmes. Pela primeira vez, foi superada a marca de mais de 1 milhão de toneladas embarcadas. Diante de uma conjuntura de comercialização atípica, os fruticultores reformularam os processos de trabalho para não parar a produção. Os problemas de logística para entrega dos produtos, com o cancelamento e a intermitência nos voos do modal aéreo, foram solucionados, e as exportações voltaram a se dar em seu ritmo normal.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE FRUTAS



Fonte: SECEX

RECUPERAÇÃO NO MERCADO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Com a produção recorde de 256,9 milhões de toneladas de grãos na safra 2019/20 (de julho de 2019 a junho de 2020), o mercado de máquinas encerrou o ano passado com um aumento nas vendas de máquinas agrícolas (tratores de rodas e colheitadeiras de grãos e de cana) e rodoviárias (retroescavadeiras e tratores de esteira). Diante das máximas históricas nos preços das *commodities*, os produtores, capitalizados, foram motivados a realizar investimentos. As vendas do segundo semestre de 2020 mais do que compensaram os efeitos negativos da pandemia sobre o mercado ocorridos no início do ano.

BRASIL: VENDAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
(MIL UNIDADES)

ANO	Trator		Colheitadeira		Retroescavadeira	TOTAL
	De rodas	De esteira	De grãos	De cana		
2013	65,1	0,9	8,5	1,4	6,8	82,8
2014	55,6	0,8	6,4	1,0	4,2	68,0
2015	37,4	0,4	3,9	0,7	2,3	44,7
2016	36,0	0,3	4,5	0,9	1,3	43,0
2017	35,6	0,3	4,5	0,7	1,2	42,4
2018	38,8	0,5	5,8	0,6	2,1	47,7
2019	33,1	0,6	5,6	0,6	3,9	43,9
2020	35,4	0,9	5,6	0,8	4,4	47,1

Fonte: ANFAVEA

AGRO REASCENDE VENDA DE CAMINHÕES

No começo de 2020, o ambiente do setor era positivo, com os analistas projetando um pequeno crescimento nas vendas. Com a chegada da pandemia, a mudança de cenário foi radical: as fábricas tiveram de paralisar a produção, voltando a operar em ritmo parcial. A retração do setor, que vinha em quatro anos de recuperação, passou a ser estimada em torno de 40% no final do primeiro semestre. No entanto, o aquecimento das atividades do agronegócio e as vendas de caminhões melhoraram no último trimestre de 2020, principalmente puxados por unidades para entrega urbana de alimentos.

BRASIL: VENDA DE CAMINHÕES
(MIL UNIDADES)

MODELO	2018		2019		2020	
	Unidades	Part. %	Unidades	Part. %	Unidades	Part. %
Pesado	34,8	45,8	51,7	51,1	44,1	48,7
Semipesado	17,9	23,5	23,2	22,9	27,2	29,9
Meio	7,7	10,1	10,1	9,9	4,3	4,8
Leve	11,5	15,2	11,2	11,1	14,4	15,9
Semileve	4,1	5,4	5,1	5,0	0,6	0,7
TOTAL	76,0	100,0	101,3	100,0	90,6	100,0

Fonte: SECEX

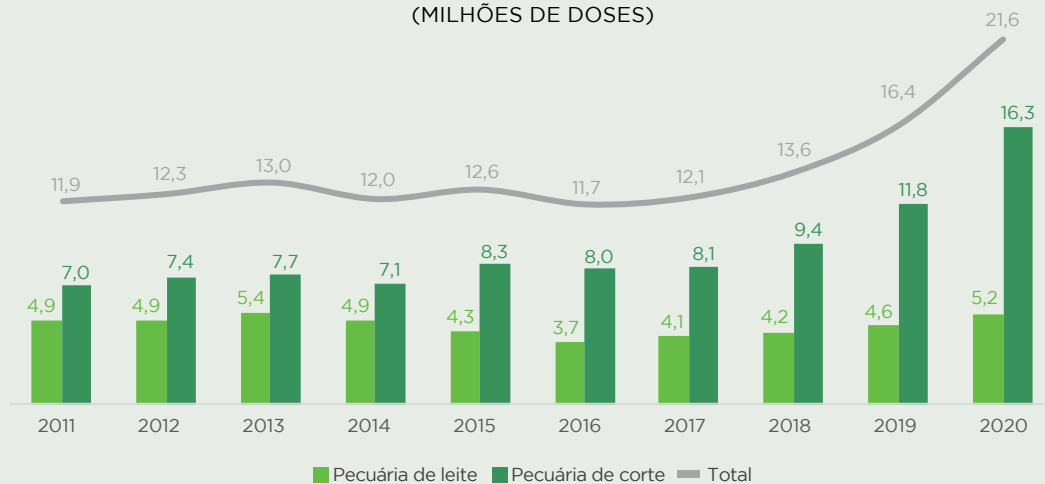
MERCADO LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO

O Brasil conta com mais de 40 milhões de cabeças prontas para serem exportadas a mercados mais exigentes, livres de febre aftosa com vacinação. O setor visa aderir ao processo de transição para o *status* de livre sem vacinação, com maior valorização dos bovinos embarcados. As normas estão previstas no Plano Estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA), conforme estabelecido pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Atualmente, no Brasil, apenas o estado de Santa Catarina possui a certificação internacional como zona livre de febre aftosa sem vacinação, enquanto o Paraná está com a solicitação para essa certificação em curso.

SÊMEN BOVINO SEGUE EM CRESCIMENTO

A entrega de sêmen bovino para clientes finais teve um novo recorde em 2020, mantendo a tendência de crescimento observada desde 2017. As raças de corte explicam com mais força esse desempenho positivo. Para este ano, as previsões continuam otimistas. A valorização do melhoramento genético pela inseminação artificial (IA) decorre da boa relação custo-benefício, pois essa opção demanda menos de 2% dos custos de produção. As lideranças do setor trabalham com a meta de atingir a entrega de 30 milhões de doses de sêmen no mercado nacional em até cinco anos.

BRASIL: VENDA DE SÊMEN PARA CLIENTES FINAIS
(MILHÕES DE DOSES)

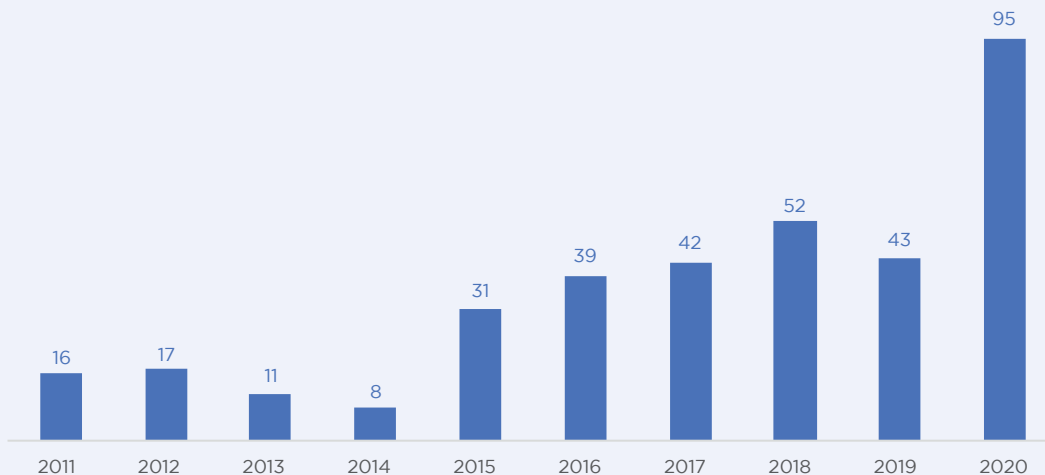


Fonte: ABIA

CRESCIMENTO DOS REGISTROS DE DEFENSIVOS BIOLÓGICOS

Em 2020, os registros de defensivos na faixa dos produtos considerados de baixo impacto toxicológico e ambiental foram os mais altos da história. Chamados de defensivos de controle biológico, possuem como ingredientes ativos biológicos, microbiológicos, semioquímicos e bioquímicos, extratos vegetais e reguladores de crescimento. Eles beneficiam as culturas de suporte fitossanitário insuficiente (*minor crops*), sendo registrados por praga, e não por cultura como ocorre com os químicos. Também podem ser utilizados em vários casos na agricultura orgânica.

NÚMERO DE REGISTROS DE PRODUTOS FORMULADOS DE BAIXA TOXIDADE

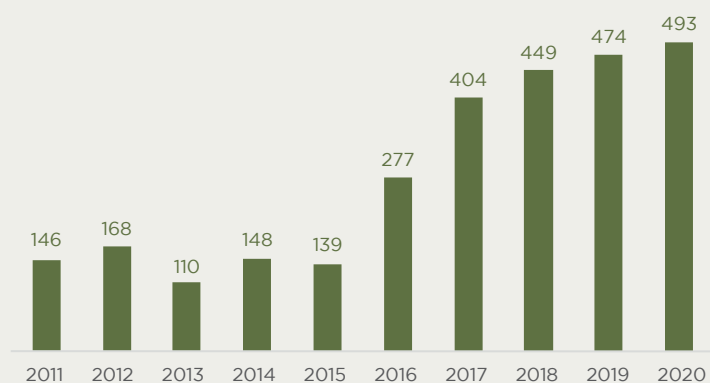


Fonte: MAPA

CRESCEM REGISTROS DE DEFENSIVOS QUÍMICOS

Do total de defensivos químicos aprovados em 2020 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): treze são inéditos (2,6% do total), sendo quatro princípios ativos novos e nove produtos finais; e 480 genéricos (97,4%), que são “cópias” de princípios ativos inéditos feitas quando caem as patentes ou produtos finais baseados em ingredientes já existentes no mercado. Desde 2019, a lista separa os produtos formulados para a indústria e os produtos técnicos dirigidos para os agricultores.

NÚMERO DE REGISTROS DE DEFENSIVOS QUÍMICOS



Fonte: MAPA

PRIORIDADES DA AGENDA DA CAFEICULTURA

O Conselho Nacional do Café (CNC) estruturou um plano de ação com foco nas áreas de trabalho a ser feito por meio de quatro Comitês, com o propósito e a visão de futuro da entidade:

- De Estatísticas: por meio de sinergia com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), sendo responsável pelo levantamento oficial das safras brasileiras de café;
- De Pesquisa e Tecnologia: com um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) para ampliar a assistência aos produtores, aos técnicos e às cooperativas cafezeiras;
- De Sustentabilidade: com um estudo da Rainforest Alliance para ajustes na Norma de Agricultura Sustentável 2020 em relação à realidade brasileira;
- De Comunicação: atuando por meio de notícias do CNC e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), edições do Caderno Especial do Café na revista **Agroanalysis**, Resoluções do Banco Central do Brasil (BCB), vídeos do canal do CNC no YouTube, indicadores do mercado e informações institucionais.

BENEFÍCIOS DO SISTEMA ID AGRO

Demanda histórica dos produtores rurais, a implantação da Plataforma de Registro e Gestão de Serviços, Marcas, Tratores e Equipamentos (ID Agro) auxiliará na identificação da propriedade de tratores e máquinas agrícolas, viabilizando o registro de transações de compra e venda e a rastreabilidade desses bens. A operação deverá ocorrer sem ônus ao produtor rural. Recentemente, o Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 172/20, que altera a Lei Geral de Telecomunicações e a Lei que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Isso permitirá que investimentos em conectividade e internet em zonas rurais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sejam financiados pelo Fust.

CARNE CARBONO NEUTRO

A iniciativa Carne Carbono Neutro (CCN) visa fixar uma marca-conceito parametrizável e auditável para atestar a carne bovina produzida em sistemas de integração do tipo silvipastoril (pecuária-floresta – iPF) ou agrossilvipastoril (lavoura-pecuária-floresta – iLRF). O registro da certificação prova o cumprimento de protocolos específicos. A origem do produto são animais cujas emissões de metano entérico foram compensadas durante o processo de produção pelo crescimento de árvores no sistema. Além disso, mostra-se que os animais ficarão em locais para sombreamento, em ambiente térmico confortável, com alto grau de bem-estar. Essa solução foi desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em parceria com outras instituições.

2020 FOI BOM E 2021 DEVE SER MELHOR

FELIPPE SERIGATI¹, ROBERTA POSSAMAI²

A agroindústria brasileira fechou 2020 com a leve contração de -1,1%. Para 2021, o Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro) projeta uma expansão de 5,0% para o setor.

DADO TODO o contexto gerado pela pandemia, a retração de 1,1% da agroindústria em 2020 tem lá os seus méritos, pois foi a menor entre todos os principais segmentos da indústria nacional, junto do segmento de bens intermediários. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria geral brasileira registrou uma queda de 4,5% no ano.

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS: QUE CRISE?

Curiosamente, os dois principais segmentos da agroindústria tiveram um desempenho distinto em 2020. A leve contração da agroindústria em 2020 (-1,1%) foi composta por uma razoável expansão dos produtos alimentícios e bebidas (3,3%) e uma forte queda dos produtos não alimentícios (-6,1%)

– pior ano desde 2015. A forma como todos os desdobramentos da pandemia atingiram cada um desses segmentos explica essas diferentes dinâmicas.

Do lado econômico, três desdobramentos da pandemia foram marcantes:

- A restrição de circulação de pessoas, que passaram a ficar mais tempo dentro de seus domicílios;



- A maciça transferência de recursos via auxílio financeiro emergencial – R\$ 321,8 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN);
- Uma forte expansão do valor das exportações brasileiras de produtos agropecuários.

Enquanto a restrição de circulação de pessoas fez com que a produção de alimentos aumentasse justamente quando a pandemia desembarcava na economia brasileira, o ganho de renda proporcionado pelo auxílio financeiro emergencial sustentou essa demanda praticamente até o final do ano. Em paralelo a esses desdobramentos, o dólar mais caro e as exportações aquecidas fizeram com que esses produtos ficassem ainda mais caros – enquanto a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2020 com um aumento de 4,5%, a inflação da alimentação



dentro do domicílio alcançou impressionantes 18,2%.

Respondendo a essa conjuntura, a agroindústria de produtos alimentícios, no agregado, cresceu 4,2% em 2020. Para se ter uma noção da dimensão dessa expansão, esse foi o maior crescimento do setor desde 2010, quando a economia brasileira tinha crescido notáveis 7,5%.

BEBIDAS: FORTE QUEDA, FORTE RECUPERAÇÃO

A mesma conjuntura descrita anteriormente atingiu a indústria de bebidas de maneira levemente distinta. Enquanto a restrição de circulação de pessoas aqueceu a produção de produtos alimentícios, o setor de bebidas (alcoólicas e não alcoólicas) sofreu uma contração impressionante: no seu momento mais crítico, em abril último, testemunhou uma queda de 50,8% da sua produção (quando em comparação a abril de 2019). Ao longo do ano, principalmente devido às transferências do auxílio financeiro emergencial e à parcial retomada da economia, a demanda por bebidas recuperou fôlego e o setor praticamente eliminou as suas perdas, registrando uma desprezível contração de 0,2% acumulada no ano.

PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: AINDA TENTANDO ELIMINAR OS SEUS PREJUÍZOS

De longe, o segmento mais castigado dentro da agroindústria foi o de produtos não alimentícios. Em abril último, mês de 2020 em que a restrição de circulação de pessoas foi mais aguda, esse segmento registrou a forte contração de 28,4% (novamente, em comparação a abril de 2019). Por trás desse espantoso número, houve as fortes quedas nos setores de indústria têxtil (-63,7%), borracha (-54,7%), fumo (-18,6%), produtos florestais (-5,9%) e insumos agropecuários (-1,6%).

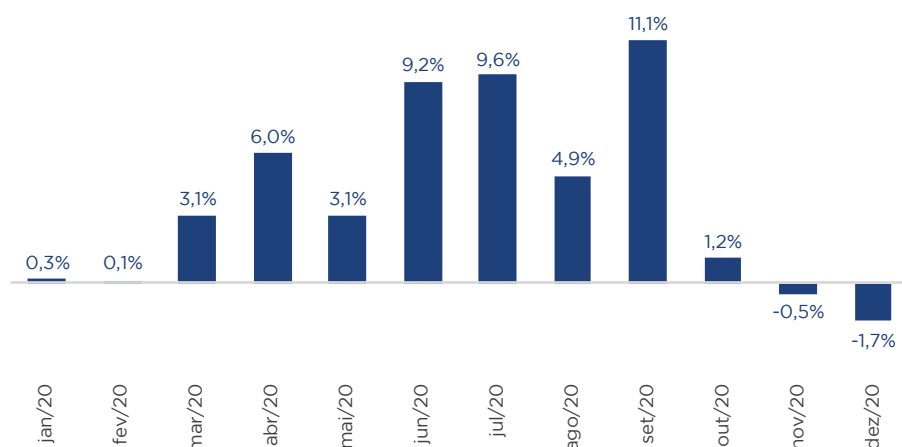
Os produtos não alimentícios melhoraram o seu desempenho ao longo de 2020, principalmente no quarto trimestre, mas não foi o suficiente para eliminarem as pesadas perdas acumuladas devido à pandemia. Ao final do ano passado, o segmento encerrou com uma contração acumulada de 6,1%.

PROJEÇÕES PARA 2021: CUIDADO COM O CARREGAMENTO ESTATÍSTICO

A partir dos dados completos de 2020, o FGV Agro reavaliou as suas projeções

EVOLUÇÃO MENSAL DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM 2020

(MÊS EM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR, EM % A.A.)



Fonte: FGV Agro

para a agroindústria em 2021, traçando o seguinte cenário-base:

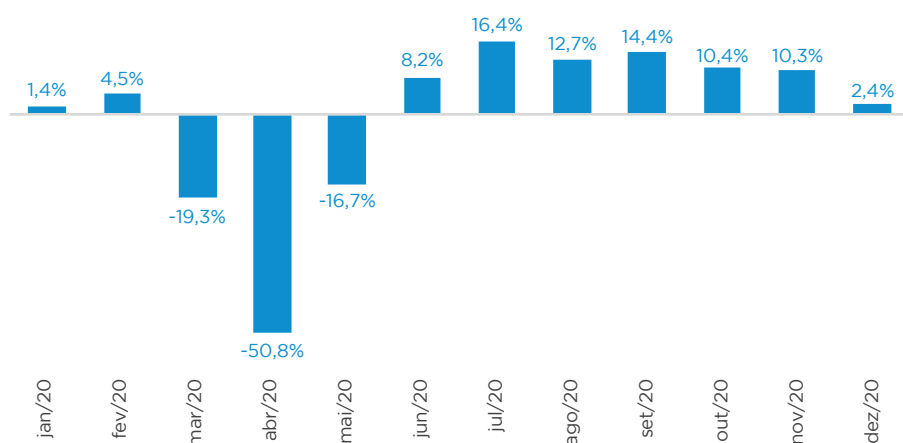
- Suposição de que o controle da pandemia seja razoavelmente efetivo ao longo do ano e de que não ocorra nenhum evento político severamente adverso;
- Perspectiva de uma alta no Produto Interno Bruto (PIB) em linha com a pesquisa Focus, do Banco Central do Brasil (BCB);
- Menor depreciação do real frente ao dólar;

- Manutenção da confiança do empresário industrial no mesmo patamar observado em dezembro último;
- Expansão das exportações de produtos alimentícios e bebidas e das importações de produtos não alimentícios.

Assim, com base nesse cenário, o FGV Agro projeta para 2021 uma expansão de 5,0% na agroindústria, de 3,1% no segmento de produtos alimentícios e bebidas e de 7,0% no segmento de produtos não alimentícios.

EVOLUÇÃO MENSAL DA PRODUÇÃO DE BEBIDAS EM 2020

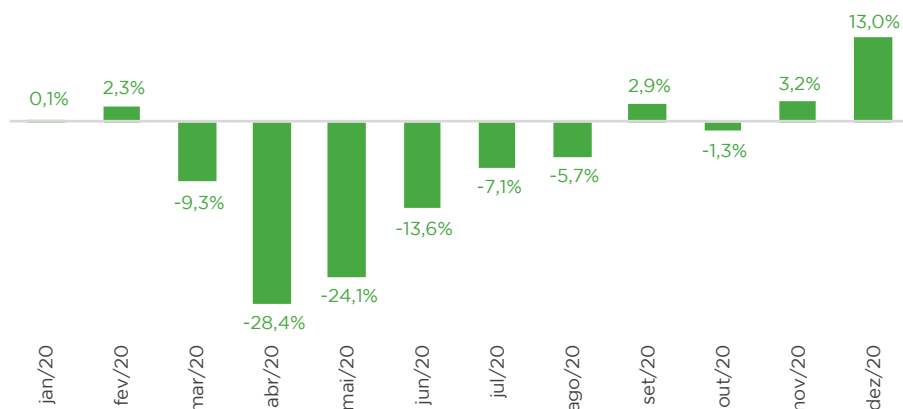
(MÊS EM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR, EM % A.A.)



Fonte: FGV Agro

EVOLUÇÃO MENSAL DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS EM 2020

(MÊS EM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR, EM % A.A.)



Fonte: FGV Agro

Certamente, a magnitude desses números chama a atenção. No entanto, é fundamental lembrar que a base de comparação é estreita. Como houve vários meses de 2020 em que a agroindústria registrou contração, vários meses de 2021 apresentarão taxas de crescimento expressivas. Uma forma de tentar controlar esse efeito é o chamado carregamento estatístico, que busca avaliar quanto a agroindústria crescerá se permanesse em 2021 no mesmo patamar que estava em dezembro último.

Ao calcular o carregamento estatístico para a agroindústria, fica evidente que, dessa expansão projetada de 5,0%, 3,0% derivam da estreita base de 2020, ou seja, a produção realmente nova da agroindústria deverá crescer 2,0%. De forma análoga, do crescimento de 3,1% projetado para o segmento de produtos alimentícios e bebidas, 1,5% é carregamento estatístico e 1,6% é a projeção de crescimento efetivo de 2021. Por fim, como o carregamento estatístico para o segmento de produtos não alimentícios é de 5,6% do crescimento projetado de 7,0%, 1,4% deve-se realmente ao desempenho do ano corrente.

Enfim, a agroindústria teve um 2020 melhor do que os demais segmentos da indústria brasileira. O cenário para 2021 é semelhante, porém é importante manter expectativas moderadas com relação aos números que serão divulgados ao longo do ano, pois a base de comparação é muito estreita. ■

1Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP), professor e pesquisador do FGV Agro - felippe.serigati@fgv.br

2Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do FGV Agro - roberta.possamai@fgv.br

RENTABILIDADES DO AGRONEGÓCIO EM 2020

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO*

Anualmente, as rentabilidades médias das atividades agropecuárias e de outras opções de investimento de capital fazem parte do trabalho da Scot Consultoria. Os procedimentos utilizados baseiam-se em modelos econômicos, levando em conta fatores estimados para cada negócio agropecuário. Os principais destes são os índices técnicos, a localização e a estrutura produtiva, que, no caso da pecuária, variam conforme o nível tecnológico.

DIANTE DA pandemia de COVID-19, os principais países do mundo tiveram perdas no Produto Interno Bruto (PIB). A insegurança aumentou o investimento em ativos seguros, como o ouro, o qual valorizou 55,9% em 2020, o maior índice entre os mercados e as opções de investimento analisadas. Após do ouro, uma série de fatores fizeram o dólar disparar 28,9% no ano passado.

Outro destaque foi a inflação: o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), com uma alta acumulada de 23,1%. Já o Ibovespa, que mede o desempenho médio das cotações das ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), teve uma valorização mais tímida em 2020, de 2,9%, quando em comparação a 2019.

No conjunto das atividades agrícolas e pecuárias, os destaques foram a soja e o milho, com rentabilidade média de 10,4%. Os preços dessas duas *commodities* tiveram uma forte subida, puxada pela demanda aquecida, no mercado interno e na exportação, com câmbio em alta e estoques domésticos baixos.

Na pecuária de corte, os resultados melhores foram para a cria e o ciclo completo, comparativamente à recria e engorda, em função do forte aumento nos custos com animais de reposição e alimentação, principalmente. Mas, em geral, os resultados superaram os de

COMO AVALIAR A RENTABILIDADE

A rentabilidade expressa o retorno sobre o capital total investido. Assim, para este artigo, a rentabilidade das atividades agropecuárias foi calculada dividindo-se o lucro operacional pelo valor total dos ativos empregados na produção, com o valor da terra incluso.

A rentabilidade deve ser comparada à taxa livre de risco do mercado, que é igual à Selic (taxa básica de juros) descontada a inflação. Essa é a taxa mínima que o produtor deve aceitar ao tomar a decisão de investir na produção. Como qualquer atividade agropecuária envolve riscos, o ideal é que a rentabilidade esperada seja maior do que a taxa livre de risco, ou seja, o produtor deve buscar um “prêmio” ao assumir o risco da produção.

Tomando como base o conceito de rentabilidade descrito até aqui, a Selic média em 2020 foi de 2,9%. Assim, a maior parte das atividades agropecuárias analisadas apresentou, na média, um retorno acima da taxa livre de risco.

Nessa nova fase de taxa de juros baixa da economia brasileira, mais atividades do agronegócio ficaram financeiramente atrativas, como opções de investimento.



SHUTTERSTOCK

RENTABILIDADES MÉDIAS EM 2019 E 2020

ÍNDICES/INVESTIMENTOS	2019	2020
Ouro	33,60%	55,90%
Dólar comercial	4,02%	28,95%
IGP-DI	7,68%	23,08%
Agricultura anual (soja e milho)	5,43%	10,37%
Pecuária de ciclo completo (aplicação crescente de tecnologia)	6,04%	9,76%
Pecuária de cria (aplicação crescente de tecnologia)	2,86%	4,99%
Arrendamentos gerais (melhores opções)	3,78%	4,85%
Pecuária de ciclo completo (baixa tecnologia)	2,15%	4,01%
Arrendamento em regiões de cana	7,39%	3,89%
Pecuária de recria e engorda (aplicação crescente de tecnologia)	4,01%	3,57%
Produção e fornecimento de cana	7,20%	3,32%
Ibovespa	31,58%	2,92%
Certificado de Depósito Interbancário (CDI)	5,97%	2,77%
Poupança	4,26%	2,10%
Leite de alta tecnologia (25.000 litros/hectare/ano)	0,91%	1,99%
Pecuária de recria e engorda (baixa tecnologia)	0,08%	0,77%
Pecuária de cria (baixa tecnologia)	-1,43%	-0,30%
Leite de baixa tecnologia (4.500 litros/hectare/ano)	-7,90%	-6,14%

Fonte: Scot Consultoria

2019, em face do aumento expressivo nos preços do boi. As rentabilidades foram maiores para os sistemas com aplicação crescente de tecnologia.

Já na pecuária de leite, os preços ao produtor subiram consideravelmente em 2020 frente a 2019, devido à produção mais ajustada em relação ao consumo. Apesar do aumento nos custos de produção, a demanda se manteve firme com o pagamento dos auxílios emergenciais. No entanto, para a produção de baixa tecnologia, os resultados foram novamente negativos.

No setor de cana-de-açúcar, a demanda por combustível teve prejuízo com a pandemia, com a redução no consumo de etanol no País. Os preços dos açúcares totais recuperáveis (ATR) caíram de abril até julho, em função do consumo fraco e do período de safra com mais oferta. As cotações recuperaram-se a partir de agosto, com a reabertura gradual do comércio e o aumento da movimentação. Com a queda no consumo de etanol, aumentou a destinação da

matéria-prima para a produção de açúcar, cujo mercado se mostrou uma demanda mais firme na pandemia, com excelentes volumes exportados pelo Brasil. Contudo, as rentabilidades do arrendamento em regiões de cana e da atividade de fornecimento de cana apresentaram uma significativa queda. Os valores desses dois itens caíram, respectivamente, de 7,39% e 7,20%, em 2019, para 3,89% e 3,32%, em 2020.

EXPECTATIVAS PARA 2021

As expectativas para 2021 são de manutenção dos preços em patamares elevados para a soja e o milho. A demanda interna segue aquecida, e, por ora, o câmbio está favorável às exportações brasileiras. Para ser avaliado de forma positiva, outro ponto importante consiste no fato de boa parte dos produtos da safra 2020/21 ter sido negociada antecipadamente. Isso garantiu bons preços e uma melhor rentabilidade para o agricultor.

No entanto, a atenção deverá ficar voltada à pressão nos custos de

produção para a próxima temporada (2021/22), em vista das disparadas nos preços dos insumos, como fertilizantes e defensivos, no mercado brasileiro.

No mercado de boi, estima-se mais um ano de retenção de fêmeas, diante da atratividade dos preços dos bezerrinhos. Esse movimento não será capaz de impactar a oferta de animais. A expectativa é de manutenção de preços firmes e em patamares altos, a exemplo de 2020. No leite, o cenário é de que a oferta de matéria-prima (leite cru) siga ajustada. Como as incertezas com relação à demanda ainda pairam, as chances de altas nos preços do leite ao produtor ficam mais limitadas.

Para a pecuária, de maneira geral, destacam-se os custos de produção ainda em patamares elevados em 2021, o que deverá continuar pressionando as margens da atividade. ■

* Zootecnista da Scot Consultoria

PECUÁRIA DE CORTE

É HORA DE APROVEITAR AS OPORTUNIDADES!



FRANCISCO BEDUSCHI NETO

Executivo da National Wildlife Federation (NWF) no Brasil

Os mercados nacionais e internacionais valorizam cada vez mais a origem do sistema produtivo dos alimentos que consomem. Trata-se de uma espécie de salvo-conduto dos alimentos. E mais: mostra-nos que a tendência, no médio e no longo prazos, é que produtos social e ambientalmente corretos tenham sua preferência potencializada em diferentes mercados do Planeta. Para produtores que querem prosperar nesse novo ambiente de negócios, as palavras de ordem parecem ser “inovação” e “transparência”.

OS ALIMENTOS estão no centro da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU), e isso traz pressão geopolítica para a questão do desmatamento. Ao mesmo tempo, com Biden na Casa Branca, os Estados Unidos (EUA) voltam a apoiar o combate às mudanças climáticas, fortalecendo as pressões mundiais e abrindo um novo cenário no mercado, o que traz uma imensa oportunidade para a carne brasileira.

O mundo está em busca de sistemas sustentáveis para a produção alimentos, e o Brasil já sabe fazer isso muito bem na pecuária, aumentando a produtividade e, ao mesmo tempo, preservando a floresta. É a Ciência viabilizando a produção sustentável de carne, com melhor uso das pastagens existentes e recuperação de áreas degradadas.

PECUÁRIA CONSCIENTE

O pecuarista do seu tempo, com olho no futuro, produz com sustentabilidade e lucratividade. É com essa visão que a National Wildlife Federation (NWF) trabalha para abrir um novo capítulo na pecuária, impulsionando práticas mais responsáveis e resultados mais sustentáveis para os negócios, as pessoas, a natureza e o Planeta.

“Muitos pecuaristas já perceberam que a gestão dos recursos naturais e o respeito às normas ambientais são, na verdade, parte de uma estratégia competitiva na qual fatores econômicos, sociais e ambientais estão em equilíbrio dentro do conceito de sustentabilidade, o que permite melhorar a lucratividade dos negócios”, analisa Francisco Beduschi,

executivo da NWF no Brasil, uma das organizações conservacionistas mais antigas do mundo.

Por outro lado, se o desmatamento tropical global fosse um país, seria, hoje, o terceiro maior emissor de gases do efeito estufa (GEE), depois da China e dos EUA. “A Amazônia e o Cerrado são ativos naturais dos mais importantes e estão sendo desmatados a troco de muito pouco, para serem ocupados com uma agropecuária de baixa produtividade e nenhuma sustentabilidade”, diz Beduschi. “O pecuarista precisa ser inovador e trabalhar com excelência técnica, pois a concorrência é global, com todas as carnes, e quem souber comunicar melhor seus resultados e progressos ao mercado mundial será beneficiado”, destaca.

A NWF trabalha ao lado de lideranças empresariais, de grandes investidores, de grandes marcas e da comunidade acadêmica para desenvolver soluções que harmonizem produção econômica e preservação ambiental. Para a pecuária, fomenta tecnologias que afastem a necessidade do desmatamento, lidera o desenvolvimento de ferramentas para melhorar a rastreabilidade dentro das cadeias de fornecimento, além de promover capacitação gerencial na cadeia produtiva.

São 85 anos de trabalho, sendo mais de trinta destes em atividades internacionais, com vasto portfólio de projetos e iniciativas na América do Sul, na Europa, na África e no Sudeste Asiático. No Brasil, a NWF foca na Amazônia Legal e no Cerrado, onde promove práticas mais sustentáveis de manejo pecuário e produção agrícola, visando reduzir o desmatamento. ■

ETANOL DE CANA E DE MILHO, UMA COMPLEMENTARIDADE VIRTUOSA

PLINIO M. NASTARI*

Com estruturas de custos e de operação bem distintas, as produções de etanol de cana e de milho complementam-se e, juntas, vão contribuir para assegurar o suprimento de energia limpa, renovável e competitiva para o consumidor.

O BRASIL é um tradicional produtor de etanol, utilizado como energia para transporte em veículos e insumo industrial em inúmeras aplicações, como tintas, solventes, produtos farmacêuticos, plásticos, bebidas e, também, saneantes muito usados e valorizados em tempos de pandemia. No Brasil, a matéria-prima mais comum tem sido a cana-de-açúcar, responsável por uma produção de 30,11 bilhões de litros de etanol na safra 2020/21. Nos Estados Unidos, maior produtor mundial, com 61,00 bilhões de litros por ano, a principal matéria-prima é o milho, com o etanol representando 38% do seu uso total.

No Brasil, o milho também vem sendo transformado em etanol e outros produtos correlatos, como *distillers dried grains* (DDG) e óleo de milho. A transformação do milho em produtos processados dobra ou mais do que dobra o valor do grão, com grande valor agregado e geração de renda. Nos últimos cinco anos, entre as safras 2015/16 e 2020/21, a produção de etanol de milho cresceu de 141,30 milhões para 2,75 bilhões de litros. Projetos de novas plantas de etanol de milho em construção e em planejamento devem levar essa produção a 8,00 bilhões de litros até a safra 2027/28.

É preciso compreender que as lógicas de produção e de viabilidade econômica do uso dessas duas matérias-primas – cana e milho – são diferentes. A cana-de-açúcar

é uma cultura semiperene, com uma produtividade típica de 85 toneladas por hectare em um ciclo de cinco a seis anos (com um conteúdo de 145 quilogramas de açúcares totais recuperáveis (ATR) por tonelada), isto é, planta-se uma vez e colhe-se durante cinco a seis anos. Em alguns casos, o ciclo supera dez anos. Pela

elevada tonelagem, o raio econômico de transporte é relativamente curto, em média de 27 a 35 quilômetros do campo até a usina. Uma vez colhida, a cana precisa ser processada idealmente em um prazo de 24 horas, pois, se não, fermenta e perde parte do seu valor na forma de açúcares conversíveis em açúcar ou



etanol. Portanto, não se transporta a longas distâncias e não se armazena a cana-de-açúcar. Como ela precisa ser produzida perto das usinas, geralmente trata-se de uma atividade desenvolvida pelas próprias indústrias processadoras e por produtores independentes localizados próximos a estas. Já com o milho, é bem diferente: ele é transportável a longas distâncias e pode ser adquirido no mercado e armazenado.

A estrutura de custos do etanol de cana é vertical, assim como parte do custo da cana e do seu posterior processamento, este voltado à produção de açúcar ou etanol. Como coprodutos, podem ser gerados bioeletricidade, leveduras, vitaminas e muitos outros produtos. O vapor e a energia elétrica que movimentam as usinas de cana advêm da queima do bagaço da própria cana e, também, da palha, que, além disso, podem ser utilizados para a produção de etanol celulósico.

DDG

Distillers dried grains são um coproduto do processamento do milho com alto teor proteico – possui 32% de proteína em média – e que substitui e complementa o farelo de soja. O seu valor é determinado pelo preço do milho e do farelo de soja. Há cerca de cinco especificações diferentes sendo comercializadas no Brasil, aplicadas à alimentação de suínos, aves e bovinos. O coproduto proteico úmido fornecido para confinadores próximos a usinas de etanol de milho vai direto para o cocho e faz a alegria dos animais confinados. É um produto que tem contribuído bastante para a intensificação da pecuária, aumentando a produtividade das áreas destinadas a essa atividade. A integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) é um modelo de produção que complementa perfeitamente essa atividade.

A lógica de formação de custos do etanol de milho é diferente daquela do etanol de cana. A estrutura de custos do etanol de milho é fortemente dependente do preço do milho, que é adquirido no mercado, e do valor dos coprodutos gerados, DDG e óleo. A tecnologia atual de processamento de milho permite a produção de 400 a 420 litros de etanol por tonelada. Portanto,

se o milho custar R\$ 60 por saca de 60 quilos, ou R\$ 1.000 por tonelada, o custo do milho é de R\$ 2,38 a R\$ 2,50 por litro. Mas, como cada tonelada de milho gera 350 kg de DDG, coproduto que pode valer R\$ 1.400 por tonelada, há um crédito de R\$ 490 por tonelada de milho processado para abater o custo da matéria-prima. Assim, o custo do milho para a geração de etanol passa a ser de R\$ 510 por tonelada, ou R\$ 1,21 a R\$ 1,27 por litro. Obviamente, há outros elementos a considerar, como: os custos de industrialização; o custo da energia, que, nas usinas isoladas (*stand-alone*), é obtido a partir do cavaco de eucalipto, já que o milho não possui bagaço; e os créditos da bioeletricidade e do óleo de milho gerados.

Considerando uma usina típica localizada na região de Ribeirão Preto-SP e os preços atuais do milho, em torno de R\$ 65,00/saca, e do DDG, em R\$ 1.400/tonelada, os custos do etanol de cana e do de milho são praticamente equivalentes.

Quando o milho é utilizado para a produção de etanol em usinas denominadas “flexíveis”, por processarem cana e milho para tal produção, ocorre a sinergia de se utilizarem o vapor e a energia elétrica gerados com o bagaço da cana para processar o milho e convertê-lo em etanol, DDG e óleo. ■

*Presidente da DATAGRO e do Instituto Brasileiro de Bioenergia e Bioeconomia (IBIO)



OPÇÕES DA PEQUENA PRODUÇÃO DE AVES E SUÍNOS

MARCELO MIELE*

O Brasil possui milhares de produtores de aves e suínos menores, os quais estão pouco integrados às cadeias globais de commodities, mas fortemente ligados aos mercados locais. Um caminho comum seguido por esses produtores ao se aposentarem é abandonar a produção, uma vez que, muitas vezes, não deixam sucessores. Apesar da baixa participação na produção, há fortes argumentos a favor da mobilização de recursos para fortalecer os pequenos produtores.

O BRASIL destaca-se nas exportações mundiais de carnes de frango e suína, com a primeira e a quarta posições respectivamente, bem como no suprimento do crescente mercado interno de ovos. A competitividade dessas cadeias produtivas promove o desenvolvimento regional e reduz o

preço dos alimentos. Já se tem meio século de avanços tecnológicos e organizacionais nos sistemas de produção agroindustriais, com um contínuo aumento na escala e na especialização.

Mas há, também, milhares de produtores de aves e suínos que têm pouca

interação com os circuitos globais de *commodities*, sendo mais ligados a mercados locais por meio de canais curtos de comercialização (pequenas cooperativas e associações, feiras e merenda escolar). Esses estabelecimentos são importantes para o crescimento rural e a oferta de alimentos diferenciados,



SHUTTERSTOCK

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM AVES E SUÍNOS POR ESCALA EM 2006 E 2017

PRODUTO	Escala (cabeças)	2006	2017	Var. %
Aves	10.001 ou mais	17.794	23.971	+34,7
	De 501 a 10.000	7.663	5.786	-24,5
	Subtotal	25.457	29.757	+16,9
Suínos	501 ou mais	9.299	11.835	+27,3
	De 51 a 500	37.767	17.087	-54,8
	Subtotal	47.066	28.922	-38,6
TOTAL		72.523	58.679	-19,1

Fonte: Censos Agropecuários/IBGE

caracterizados por pequena produção, baixa diversificação e uso de menos tecnologia. Muitos deles produzem para autoconsumo, com a venda eventual dos excedentes.

Com base nos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção foi segmentada em quatro categorias: quanto à origem da mão de obra, em familiar e não familiar; e, quanto à escala de produção, em industrial (rebanho superior a 10.000 aves e 500 suínos) e pequena (rebanho entre 501 e 10.000 aves ou entre 51 e 500 suínos). A produção familiar de subsistência, com rebanho de até 500 aves e até 50 suínos, não foi considerada.

Entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, o total de estabelecimentos nesses quatro segmentos reduziu-se (-19%). Apesar de o número do segmento industrial ter crescido (32%), o do segmento de pequenos caiu (-50%), enquanto aumentou o de abates (65%) e a produção de ovos (54%), segundo, respectivamente, a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (PTAA) e os dados trimestrais da Pesquisa de Ovos de Galinha (POG).

Pelo Censo de 2017, a predominância do volume de vendas ficou mais concentrada no segmento industrial não familiar (92% dos ovos, 67% dos suínos e 65% dos frangos) quando em comparação ao da industrial familiar (5%

dos ovos, 34% dos suínos e 25% dos frangos). Já os pequenos não familiares e familiares tiveram uma participação pequena (3% dos ovos, 8% dos suínos e 10% dos frangos). O total de estabelecimentos (4.860.143) está disperso em todo o território nacional: Sul (36%), Nordeste (24%), Norte (17%), Centro-Oeste (13%) e Sudeste (11%).

QUAIS SÃO AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DOS PEQUENOS PRODUTORES?

Manter a condição atual significa estar sujeito às forças moldadoras das agropecuárias brasileira e mundial, com redução no número de estabelecimentos pequenos. Uma opção comum entre os aposentados rurais de larga experiência e sem sucessão consiste em parar e abandonar a produção. Já os frigoríficos e as granjas integradas, normalmente, buscam escala de produção para minimizar custos e adotam tecnologias poupadoras de mão de obra.

Ampliar a escala de produção é uma opção que requer mão de obra e área agrícola para depositar dejetos, além de capital para investimento. Além disso, caso fossem adotadas as atuais escalas médias da produção industrial de base familiar, os excedentes elevar-se-iam em 9% nos frangos, 21% nos ovos e 45% nos suínos. Assim, essa decisão pode significar apenas uma breve so brevida para essas atividades.

As políticas públicas podem ajudar com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), alinhados à assistência técnica e à extensão rural focadas na gestão e nas boas práticas de produção (BPPs). A busca por inovações deve estar baseada em soluções tecnológicas adaptadas, como genética de baixo custo, miniaturização de equipamentos, diversificação e integração de sistemas, simplificação de processos e alimentos com rastreabilidade e certificação. Tudo isso reforça a necessidade de diálogo com setores urbanos de *marketing*, logística, *fintechs*, *start-ups* e jovens recém-formados, sobretudo, em Ciências Agrárias. A pequena produção pode revelar-se um mercado potencial para produtos e serviços.

POR QUE MOBILIZAR RECURSOS SE ESTES POSSUEM BAIXA PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO?

Os motivos podem ser resumidos em três itens. Primeiro, sobretudo por serem cidadãos carentes de apoio necessário para sua sustentabilidade e renda familiar, com capacidade de atuar em mercados de nicho. Segundo, porque o País dispõe de profissionais nos setores público e privado capazes de buscar soluções criativas e de baixo orçamento. Terceiro, em função da qualificação e da adoção de BPPs, reforçam-se a segurança dos alimentos e a biossegurança sistêmica dos rebanhos. Como protegem um flanco da entrada de patógenos e doenças emergentes, esses pontos fortalecem a competitividade da avicultura e da suinocultura industriais do agronegócio exportador. ■

*Pesquisador e chefe adjunto de Transferência de Tecnologia da Embrapa Suínos e Aves

DEZ MITOS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO DERRUBADOS¹

FRANCISCO GRAZIANO NETO*

Nesse mundo chocante das fake news, ninguém gosta de ser enganado. Todos querem separar o falso do verdadeiro. Daí surgiu a produção do livro "Agricultura: fatos e mitos".

“**FATOS**” SIGNIFICAM conhecimento com embasamento científico, ou seja, informações demonstráveis. “Mitos”, por sua vez, configuram dados e opiniões não referenciados pela pesquisa. Os fatos contrapõem-se aos mitos.

Mitos não apenas confundem as pessoas; eles podem influenciar políticas públicas. Por isso, representam não somente um perigo ao pensamento inteligente, mas um risco às melhores decisões sobre o futuro da sociedade.

Confira os dez principais mitos sobre o agro brasileiro, seguidos dos fatos que os desmentem.

Mito 1: 70% da produção de alimentos do Brasil vem da agricultura familiar.

Fato: o Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trouxe dados precisos: no feijão, considerando os quatro tipos de lavoura, a agricultura familiar responde por 23,1% da produção; na fumicultura, é responsável por 94%; e, na mandioca, por 70% da colheita. No geral, a chamada agricultura familiar responde por 23% do valor da produção agropecuária do País.

Mito 2: gasta-se 15 mil litros de água para produzir 1 quilo de carne bovina.

Fato: a conta considera todo o volume de água ingerido pelo animal na sua vida e soma, ainda, a quantidade de água existente nas rações, a chuva que molha as

pastagens e a água gasta na indústria de máquinas. Ou seja, trata-se de uma contabilidade que exprime o volume de água que, teoricamente, perpassou o ciclo de vida da mercadoria. A metodologia de cálculo desconsidera que os animais devolvem ao meio ambiente a água ingerida, por meio da urina e das fezes. Falar em “consumo”, nessa situação, significa desprezar o ciclo hídrico da natureza.

Mito 3: alimentos transgênicos fazem mal à saúde humana e ao meio ambiente.

Fato: jamais, em qualquer lugar do mundo, relatou-se um problema causado por ingestão de comida geneticamente modificada. A biossegurança permitiu a 387 eventos transgênicos se espalharem por 26 países, 17 milhões de agricultores e 191,7 milhões de hectares. O sucesso é flagrante. Na Medicina, a Engenharia Genética avança sem parar: 100% da insulina ministrada aos diabéticos é de origem transgênica; e há vacinas desenvolvidas contra a COVID-19 que utilizam a recombinação genética. Na alimentação, queijos são fermentados com microrganismos geneticamente modificados.

Mito 4: alimentos orgânicos não utilizam agrotóxicos no controle de pragas.

Fato: a produção orgânica permite, sim, o uso de defensivos químicos. Proíbe-se apenas ingredientes sintéticos, desenvolvidos em laboratório, mas

pesticidas à base de cobre, potássio ou enxofre são normalmente utilizados no controle fitossanitário. Elaboradas com metais pesados, embora naturais, as caldas bordalesa e sulfocálcica apresentam risco, sendo tóxicas tanto à saúde humana, quanto ao meio ambiente, exigindo cuidados, e prazo de carência, na aplicação de campo e no manejo de colheita. *Idem* ao que ocorre na agricultura convencional.

Mito 5: a agropecuária é responsável pelo desmatamento da Amazônia.

Fato: há vários vetores de desmatamento, incluindo, ainda, a mineração. Entre 2010 e 2016, os assentamentos de reforma agrária foram os principais responsáveis pelo desmatamento na Amazônia, com 28,9% do total. Em seguida, aparecem as propriedades rurais (24,3%), seguidas pelas “terras públicas não destinadas” (24,0%) e, por fim, pelas áreas de parques e reservas (11,8%). Ademais, é necessário distinguir a Floresta Amazônica (bioma) da Amazônia Legal, um território político que engloba áreas de Cerrado. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) atesta que 84,1% da Floresta Amazônica continua intacta.

Mito 6: gado polui mais do que automóvel.

Fato: confunde-se emissões de metano, advindas da ruminação bovina, com os gases tóxicos derivados da queima de combustíveis. O primeiro está associado ao efeito estufa da Terra. Já

os gases liberados pelos escapamentos de motores causam problemas de saúde. Se for considerado o balanço de carbono da pecuária, as emissões podem compensar-se pelo sequestro de CO₂ no sistema produtivo. Quem atesta é a Embrapa, por meio do seu programa Carne Carbono Neutro. (CCN)

Mito 7: leite de vaca faz mal à saúde.

Fato: leite provoca sintomas àquelas pessoas que apresentam intolerância a lactose (um açúcar natural) ou aos humanos que têm alergia a proteína do leite de vaca (APLV), reações que afetam 2,2% das crianças no Brasil. Fora isso, leite de vaca e os seus derivados (queijos principalmente) são alimentos nutritivos presentes na dieta civilizatória desde tempos remotos.

Mito 8: o Brasil produz o suficiente para alimentar seis vezes a sua população, ou seja, 1,7 bilhão de pessoas no mundo.

Fato: a informação parte da suposição, atribuída à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), de que a segurança alimentar de uma nação se obtém pelo consumo médio de 250 toneladas/habitante/ano. No Brasil, retirando-se da produção total de alimentos (408,31 milhões de toneladas) a quantidade exportada, chega-se ao volume de 256 milhões de toneladas (2019). Dividindo-se esse volume pela população, chega-se ao valor de 1.219 quilos/habitante/ano. Mais acertado é afirmar que um quarto da população mundial consome algum alimento produzido no Brasil.

Mito 9: estamos sendo envenenados por agrotóxicos.

Fato: a mais completa pesquisa feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) indicou 5,4% das amostras analisadas com resíduos de pesticidas acima do Limite Máximo de Resíduos (LMR). A margem de segurança, porém, é de cem vezes, e, por

essa razão, apenas 0,89% do total das amostras representava um potencial de risco agudo à saúde. Quanto ao risco crônico, o resultado foi zero. Ademais, os resíduos químicos, quando presentes, são metabolizados, ou seja, eliminados pelo organismo humano.

Mito 10: hormônios na carne de frango fazem mal à saúde.

Fato: segundo dados do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC/Animal, 2019), apenas 0,13% das amostras analisadas apresentaram problema, o que atesta a qualidade da avicultura de corte no Brasil. Para funcionarem, os hormônios teriam que ser injetados animal por animal. Sabendo que o País aloja perto de 1,5 bilhão de aves, essa

operação seria, obviamente, impossível de ser realizada. Além disso, os hormônios exigem um tempo de latência, entre sessenta e noventa dias, para sua resposta funcional do organismo, mas os frangos são abatidos ao redor de cinquenta dias de idade. O rápido crescimento dos frangos deve-se ao melhoramento genético das aves combinado a sistemas de nutrição animal. ■

1 As referências das informações aqui expostas constam no livro “Agricultura: fatos e mitos”, da Editora Baraúna, na sua 2ª edição em 2021. Para adquirir um exemplar autografado, peça por meio do número +5511999764570, no WhatsApp

*Engenheiro-agrônomo e doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)



AGRONEGÓCIO E O MERCADO DE CAPITAIS DE TÍTULOS VERDES

FERNANDA KESROUANI LEMOS¹, FLÁVIA CRUZ DE SOUZA MURCIA²

A CRESCENTE onda da sustentabilidade junta, atualmente, dois mundos que até então pareciam muito distantes: o mercado de capitais e a preocupação com questões ambientais. O aumento da variedade de investimentos do tipo ESG (*environmental, social and governance*; ambiental, social e de governança, em uma tradução livre)

é a grande evidência desse crescente fenômeno.

Os denominados “títulos temáticos”, que incluem títulos verdes, sociais, sustentáveis e de transição, são emitidos por empresas ou instituições financeiras como títulos de dívida. O objetivo é viabilizar investimentos em projetos

relacionados a responsabilidade ambiental e/ou social. Eles se assemelham aos títulos convencionais – debêntures, *global notes*, Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), letras financeiras – em diversos aspectos: recebem *rating* de crédito, oferecem garantias de diferentes níveis, pagam cupom periódico ou no vencimento, entre outros.

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:

AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.

Contudo, apenas os títulos temáticos possuem uma denominação específica conforme sua categoria e apresentam informações com maior nível de transparência sobre o uso dos recursos em projetos de caráter ambiental/social. Além disso, são avaliados externamente para que recebam uma credencial de “sustentável”.

Recentemente, foi publicada uma normatização específica para títulos abrangidos pelas finanças sustentáveis, o Decreto nº 10.387, de 5 de junho de 2020. Este dispõe sobre o financiamento de projetos de infraestrutura dotados de benefícios ambientais e sociais, visando simplificar o processo de emissão de debêntures com benefício fiscal.

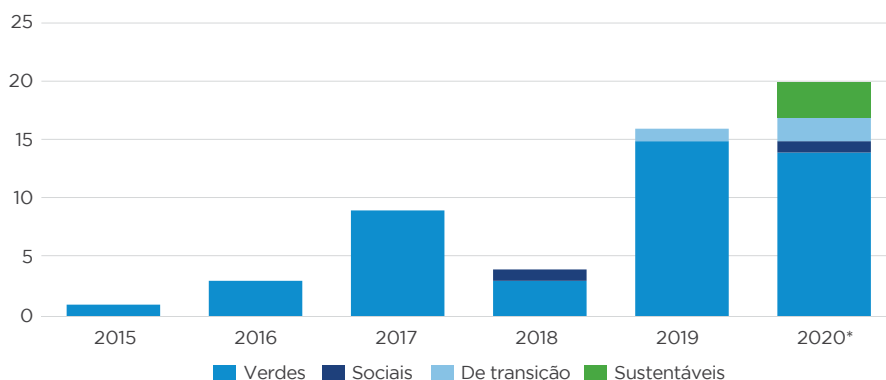
O normativo regula, também, as chamadas “debêntures verdes”, abrangendo o financiamento de atividades relativas a mobilidade urbana, centrais hidrelétricas e saneamento básico.

O mercado de títulos temáticos teve início no Brasil em 2015, com a primeira emissão de títulos verdes pela empresa BRF S.A., e vem evoluindo, segundo a SITAWI Finanças do Bem, uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP).

Desde 2015, foram emitidos 53 títulos temáticos, e, destes, 85% (ou seja, 45) são títulos verdes. A tendência de crescimento é evidente: em 2015, apenas um título foi emitido com essa natureza, enquanto, em 2019, foram realizados dezesseis deles. As finalidades encontradas são múltiplas em termos setoriais. Pode-se atribuir ao agronegócio aproximadamente 30%, pois florestas, agropecuária e ecoeficiência podem ser diretamente relacionadas ao setor.

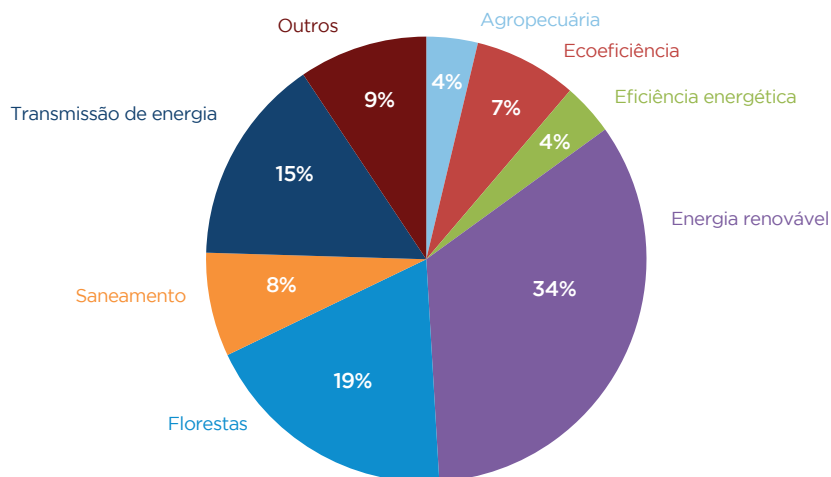
Vale mencionar que, no Brasil, o mercado de títulos temáticos ainda é pequeno quando comparado ao de outros países. Apenas em 2019, a emissão de títulos dessa natureza totalizou US\$ 328 bilhões, apresentando

TÍTULOS TEMÁTICOS EMITIDOS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA



*Dados de até 31 de outubro
Fonte: base de dados SITAWI (2020)

FINALIDADE DOS RECURSOS TOMADOS POR MEIO DOS TÍTULOS TEMÁTICOS EM 2020*



*Dados de até 31 de outubro
Fonte: base de dados SITAWI (2020)

um crescimento de 57% quando comparada à do ano anterior, conforme dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Entretanto, esse crescimento ainda é incipiente em países da América Latina, os quais contribuíram com apenas 2% (US\$ 6,4 bilhões) das emissões globais em 2019. Dos 33 países dessa região, apenas nove emitiram títulos dessa categoria.

Isso representa uma grande oportunidade de crescimento para essa região do continente americano e, sobretudo, para o Brasil, um dos mercados de capitais com maior volume de negócios

da América, e para o maior agronegócio tropical sustentável, no qual o mercado financeiro, os investimentos externos e a sustentabilidade têm sido cada vez mais presentes. ■

1Doutora em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e professora na Universidade Ibirapuera

2Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora na Universidade Ibirapuera

OS NOVOS HORIZONTES DA RECRIA



MATHEUS MORETTI

Gestor técnico de bovinos de corte da Agrocere's Multimix

NÃO É novidade nenhuma eu dizer para você que as margens da atividade pecuária têm se reduzido ano a ano, que existe uma demanda latente por aumento da produção e que ganhos futuros, tanto zootécnicos, como econômicos, se darão pela adoção de tecnologias que incrementem a produtividade do animal e/ou gerem aumento da produção por área.

Também é fato que as regras do jogo mudaram: já não compramos mais tantos bezerros com a venda de um boi gordo como nossos avós faziam. O saco de milho e a tonelada de farelo de soja assumiram um novo patamar de preços, e ser um fazendeiro de sucesso está muito mais relacionado a quantas arrobas se produz por hectare do que quantas cabeças se tem.

“Boi China”, “ágio da reposição”, “custo fixo”, “janela de compra”, “*hedge*”, entre várias outras novas/velhas palavras e expressões, são cada vez mais comuns na mesa da fazenda

e no vocabulário do pecuarista moderno. E, seguindo esse contexto, é que eu gostaria de falar um pouco da recria.

Antes de continuar, pense comigo: se, da porteira para dentro, existe o tal do ágio da reposição, que nos força a abater o animal mais pesado; se existe um custo por cabeça por mês, revelando que, quanto mais tempo o animal ficar na fazenda, menor será o meu giro de estoque e maior será o meu custo acumulado por animal; e, se existe uma pressão de mercado, que tende a pagar mais por um animal jovem e com um mínimo de acabamento, nada mais coerente do que encararmos o tema da intensificação da recria de uma forma diferente da que temos encarado até então.

Pois bem, assim como vivenciamos na fase da engorda, com os primeiros confinamentos surgindo no início da década de 1980, em São Paulo, e, posteriormente, com a terminação



intensiva a pasto (TIP) nascendo em Mato Grosso, a partir da década de 2000, temos que a intensificação da recria também se dará no cocho. Nossa vantagem, agora, é que poderemos pular uma etapa, pegando as lições do confinamento e da TIP, sabendo que o lugar em que iremos colocar o cocho é muito mais uma questão estratégica de cada fazenda, dependente da estrutura e dos recursos de que dispõe o produtor.

Como técnico de campo, vejo a turma querendo comparar o lugar onde se coloca o cocho – pasto ou confinamento – como se essas estratégias fossem concorrentes, quando, na verdade, elas são duas ótimas ferramentas disponíveis na fazenda, poderosas e, até mesmo, complementares em algumas situações. O que precisamos entender, ao avaliar qual é a melhor opção, são as particularidades de cada sistema produtivo e como cada um se ajustará.

Se, por um lado, a recria confinada libera pasto e permite maior controle do ganho de peso (conceito de dieta total); por outro lado, ela requer uma maior estrutura (currais, vagão) e mais mão de obra, um volumoso suplementar, a adaptação dos animais ao novo ambiente e um plano nutricional bem elaborado de retorno ao pasto. Já na recria intensiva a pasto (RIP), o animal fica a pasto, recebendo de 0,5% a 1,0% do peso vivo em ração, o que demanda menos estrutura (não devemos nos esquecer da necessidade de uma oferta mínima de forragem). Nesse sistema, o animal acaba demandando uma maior quantidade de concentrado, porém não precisará se readaptar no retorno ao pasto.

A INTENSIFICAÇÃO DA RECRIA TAMBÉM SE DARÁ NO COCHO

Já conduzimos, em parceria com a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), em Colina-SP, alguns estudos que revelaram a similaridade produtiva entre as estratégias, desde que ajustadas aos objetivos do projeto. Destaco, mais uma vez, a importância do entendimento de cada realidade e do correto planejamento de cada uma.

Caso a estratégia eleita seja o confinamento de recria, deve-se: atentar para ajustar a relação entre proteína e energia da dieta; monitorar o consumo frente ao que foi predito para não extrapolar o ganho de peso e comprometer o retorno ao pasto; e lembrar-se da importância dos planos nutricionais crescentes, tão bem apresentados junto ao conceito do boi 777. Caso a opção seja pela RIP, também deve-se preocupar em ajustar a proteína e a energia da ração e buscar associar a estratégia ao manejo do pasto, explorando ao máximo o seu potencial.

Quanto ao planejamento e ao dia a dia, no confinamento de recria, os desafios operacionais igualam-se aos do

confinamento tradicional, destacando-se o cuidado com o consumo dos animais. Já na RIP, é preciso pensar na sucessão dos ciclos produtivos. Como esta última estratégia viabiliza-se melhor ao se trabalhar com altas taxas de lotação em comparação a uma recria convencional (três a seis animais por hectare durante todo o período), surge a necessidade de se conciliar o término de um ciclo produtivo e o início de outro, sob a perspectiva da produção forrageira. Com certeza, será preciso pensar em períodos de diferimento de algumas áreas da fazenda e/ou adubação estratégica.

OS RESULTADOS OBTIDOS ELEVAM EXPONENCIALMENTE A PRODUÇÃO DE ARROBAS POR HECTARE

Deve haver cuidado ao avaliar a viabilidade da RIP em comparação a outros sistemas de produção, principalmente em relação ao que será considerado como unidade produtiva, dado o aumento do ganho médio diário (GMD) e da lotação, colhe-se, na RIP, mais arrobas por hectare (@/ha) e em menor espaço de tempo. Sendo assim, os resultados obtidos com a estratégia elevam exponencialmente a produção de @/ha, que, se ajustada pelo tempo, pode chegar à marca de 40 @/ha/ano.

Fazendo um paralelo e pegando o boi 777 como exemplo, no qual trata-se o animal como unidade produtiva e se propõe 7 @ na recria em até doze meses, tem-se, na RIP, o sistema contemplando a produção de @/ha no tempo, conseguindo as mesmas 7 @/animal em um período de oito a nove meses.

Cabe destacar que, na RIP, por ser uma estratégia que envolve o fornecimento de um grande volume de ração (operacionalmente falando), caso exista o desafio logístico de distribuição e fornecimento diário na fazenda, deve-se optar por rações com modulação de consumo.

Por fim, antes de ouvir de você a tão famosa frase “isso é caro”, convido-o a exercitar os números da “matemática do boi”. Faça a conta e entenda a composição de custos da arroba produzida. Você notará que, ao aumentar o desembolso com custos variáveis que promovam aumento de receita (aumento de GMD) e, ao mesmo tempo, reduzam os custos fixos (aumento de lotação), terá um grande potencial de aumentar o lucro por hectare com a atividade.

Planeje bem a sua operação, seja ela a pasto ou no confinamento, gere dados e os transforme em informações que contribuam com a sua tomada de decisão. Lembre-se sempre de que, quanto mais apertada for a margem, maior será a necessidade de escalar a produção. ■



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE SUPLEMENTOS MINERAIS

CICLO DE ALTA NOS PREÇOS DA PECUÁRIA



O EVENTO do ciclo da pecuária possui períodos distintos de altas e baixas nos preços dos bovinos e de suas carnes. Esse movimento dinâmico repisa-se de forma frequente ao longo do tempo. É uma flutuação decorrente da própria natureza da bovinocultura, cuja produção varia em função de fatores externos, como o clima, o consumo interno, a exportação e, principalmente, os valores de remuneração ditados pela demanda dos frigoríficos.

CONTEXTO DE OFERTA MAIS RESTRITA

Na verdade, a bovinocultura de corte sempre ganhou espaço na mídia em momentos em que ocorre uma disparada assombrosa nos preços do boi. Em valores redondos, a arroba do boi saiu de R\$ 150,00 em 2018, foi para R\$ 210,00 em 2019 e chegou a R\$ 290,00 em 2020. Diversas variáveis contribuíram para essa escala significativa de preços, tais como a desvalorização do real frente ao dólar e o intensivo ritmo das exportações, impulsionado principalmente pela China.

Sem causar grande surpresa para os analistas de mercado da pecuária, o ciclo de alta nos preços consolida-se agora

Desta maneira, quando a tendência mira no sentido do decréscimo na produção de bois gordos prontos para o abate, sobem os preços. Essa valorização acontece, também, em outras categorias do rebanho, como garrotes, bois magros e matrizes. O ambiente de negócios fica favorável. Com isso, os criadores são estimulados a reterem as vacas para que elas gerem bezerros e expandam o rebanho. Com a queda no abate de fêmeas, a produção de carne reduz-se e os preços são pressionados para cima.

em 2021, assim como sucedeu no ano passado. Muito provavelmente, o mercado nacional deverá chegar perto do momento de pico de preços do atual ciclo. Essa conjuntura segue com sinais de firmeza nas exportações e valorização do dólar frente ao real. Está longe de se caracterizar como uma fase de transição, com mudança de tendência ainda difícil de ser prevista no horizonte atual. A primeira análise desse fenômeno cíclico no Brasil foi publicada na edição da *Agroanalysis* de maio de 1977.

GANHOS DE PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA

A cadeia produtiva de bovinocultura de corte tem sido palco de um grande salto tecnológico neste século XXI. Esse processo mostra muitas condições viáveis do ponto de vista técnico e econômico para prosseguir com muita força nos próximos anos. As pastagens naturais deverão continuar a ser substituídas ou deslocadas com a chegada das culturas anuais de rentabilidade atrativa, como a dobradinha soja/milho. Da área de pastagem no Brasil (por volta de 160 milhões de hectares), dois terços são artificiais, onde se concentrarão os maiores ganhos de produtividade.

As exportações brasileiras ocupam posições de liderança no *ranking* de exportação de carne bovina há mais de duas décadas. O grande desafio consiste em elevar a taxa de desfrute do rebanho, que mede a sua capacidade de produzir animais excedentes para venda sem comprometer o seu efetivo básico. A média de 20% ainda segue na base histórica, mas cresceu o número de propriedades com resultados zootécnicos bem superiores. Essa taxa não condiz com a redução do tempo ocorrida no ciclo de preços da bovinocultura de corte.

PRONTOS PARA ATRAVESSAR 2021



DANIEL GUIDOLIN

Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) e diretor operacional da Premix

O ano de 2020 foi diferente em tudo, como já foi amplamente falado e escrito, mas não se esqueçam de que houve recordes para a cadeia bovina no Brasil, tanto de preços na arroba do boi gordo, quanto nas exportações de carne. A China reinou como o nosso maior cliente, e nós que fazemos parte da cadeia de carne, conseqüentemente, também crescemos 11,37% quando comparamos os nossos números aos de 2019.

Tivemos e vivemos uma pandemia em nível mundial. Paramos tudo por quase quatro meses, principalmente de março a junho. Mas o nosso segmento continuou produzindo e entregando. Fomos eficientes nos nossos planejamentos de fábrica e de logística interna e externa. Apesar de sofrermos com a falta de muitos produtos, os pedidos dos nossos clientes foram entregues. Também deveremos enfrentar este ano. Essa escassez de algumas matérias-primas, tal como no momento atual, dá-se na realidade do milho e das embalagens.

A verdade consiste na capacidade das cadeias de carne e de leite crescerem e evoluírem mesmo com o surto da pandemia. Atendemos a grande demanda de carne de boi vinda da China, o nosso maior cliente nas compras no ano passado. Esse fato ajudou muito o crescimento e o desenvolvimento da pecuária brasileira.

Com um bom preço nas arrobas do boi e do leite, conseguimos sustentar o aumento de tecnologia no campo e esperamos que isso continue. Há uma preocupação com a vinda de uma política com mais tributos, pois o Governo está com a “boca seca” em termos de recursos. Além de isso nos trazer um aumento de custos para repassá-los aos nossos

usuários, tememos pelo aumento direto na cesta básica do povo brasileiro.

Neste ano, sentimos que teremos uma enorme dificuldade para crescer na ordem de dois dígitos como foi em 2020. Mesmo assim, estamos preparados para dar o melhor desempenho e buscar a eficiência máxima, pois já provamos que sabemos trabalhar sob pressão; isso é fato.

Cabe, também, falar do muito que aprendemos em 2020 ao trazermos para a nossa rotina o trabalho remoto, com prestação de serviços feita a distância. Com isso, ganhamos maiores produtividade e engajamento dos colaboradores. Desenvolvemos a nossa empatia e a nossa flexibilidade para com o novo. Ficamos abertos à aprendizagem constante na busca por mais tecnologia, pois sabemos que ela é amiga da eficácia.

Enfim, isso tudo faz parte da nossa sacola de viagem para atravessarmos 2021. Com a vacinação em massa, esperamos imunizar e garantir saúde para a população. Da mesma forma, esperamos realizar muito do que planejamos e queremos. Continuaremos na luta pela isonomia de tributos, principalmente do PIS e da COFINS, já que os fertilizantes aplicados na produção de origem vegetal e nas carnes de frango e suína são isentos.

Torcemos para voltar às nossas reuniões presenciais para discutirmos temas distintos com um grande público; poderemos realizar almoços calorosos e grandes negócios, como fazemos os nossos Simpósios sobre proteína animal a cada biênio. Neste ano, inclusive, o Simpósio deverá ocorrer em 18 e 19 de novembro. Assim esperamos!

Se tem Fosbovi[®], tem produtividade em todas as fases da criação.



Se tem Fosbovi[®], tem produtos para todas as categorias de bovinos de corte. Tem soluções estratégicas para as fases de cria, recria e engorda. Tem os Minerais Tortuga que potencializam os resultados e geram rentabilidade e lucro para o pecuarista.

Tortuga[®], uma marca DSM. Se tem Tortuga[®], tem futuro.

VELOCIDADE, ADAPTAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA



JULIANO SABELLA ACEDO

Diretor vice-presidente da ASBRAM e diretor de Marketing da DSM

Vivemos em um mundo VUCA, um acrônimo em inglês que descreve quatro características marcantes da atualidade: volatilidade (*Volatility*), incerteza (*Uncertainty*), complexidade (*Complexity*) e ambiguidade (*Ambiguity*). Com a pandemia de COVID-19, tudo isso foi potencializado. A maneira de viver e se comportar do ser humano teve modificações. Nas corporações, isso não foi diferente: o trabalho e as relações das pessoas também sofreram mudanças.

A complexidade do isolamento nos obrigou a utilizar mais recursos digitais e adaptar rapidamente os negócios a eles. Em questão de meses, processos que levariam anos para ser introduzidos trouxeram várias questões que impactaram os negócios e o jeito de trabalhar. As perguntas surgiram. Quanto tempo de deslocamento “poupamos” fazendo reuniões e eventos online? Os modelos de trabalho até então vigentes faziam sentido? Por que manter grandes escritórios se é possível trabalhar de qualquer lugar?

As respostas não são simples, mas, com certeza, os processos gerenciais passarão por uma profunda modificação. Os times trabalharão a distância, os chefes não estarão por perto, e o trabalho será medido por produtividade, e não por tempo.

E na pecuária? Houve impacto?

Na verdade, nenhuma atividade passou ilesa à pandemia. Como também se isolaram fisicamente, as fazendas aceleraram o uso de ferramentas digitais e modificaram os processos de venda e assistência técnica dos fornecedores. Novas estratégias e ações estão sendo utilizadas e criadas para que o produtor tenha um melhor acesso a tecnologia e informação com mais facilidade.

Certamente, os colaboradores das fazendas passarão a ter a grande oportunidade de receber capacitação constante. A velocidade no fluxo de informações aumentou, e isso muda tudo. Várias tecnologias de simples adoção, com

SHUTTERSTOCK



relação custo-benefício extremamente positiva, não são utilizadas pelo produtor pela simples falta de conhecimento e pela falta de acesso ao produto. Com as mudanças em curso, haverá um incremento de adoção das tecnologias.

Nessa mudança, o produtor viu que estar atualizado e fazer negócios utilizando o computador ou o *smartphone* é mais simples do que ele imaginava. O *e-commerce*, antes distante de muitos brasileiros, ganhou mais 20 milhões de adeptos em 2020, o que significa um incremento de 47% no número de consumidores, sendo vários deles produtores rurais. As empresas, por sua vez, já estão vendendo insumos agropecuários na web.

Esse ambiente dinâmico transformará a base da pecuária, democratizando tecnologias e elevando a média da produtividade. Enfim, para os negócios em um mundo VUCA, as palavras “adaptação” e “velocidade” sempre foram importantes, mas, agora com a COVID-19, adaptar-se com velocidade é uma questão de sobrevivência.



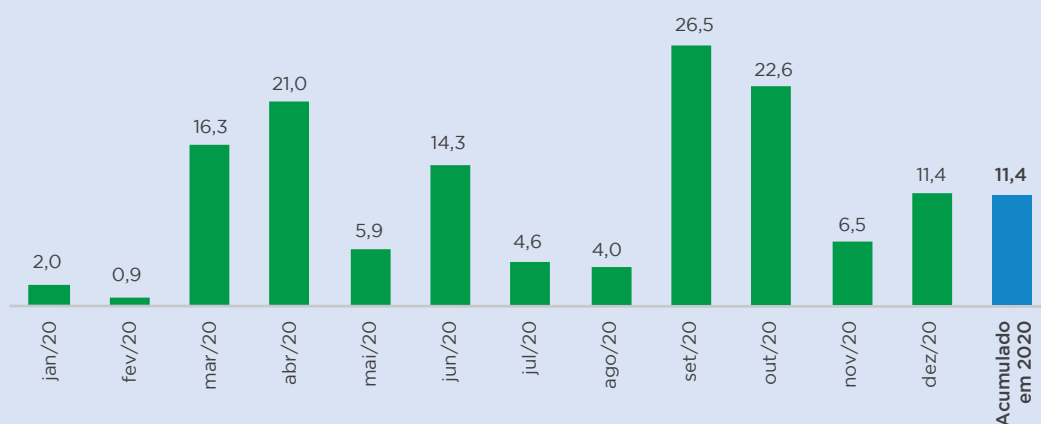
SHUTTERSTOCK

2020: UM ANO REPLETO DE RECORDES

Inegavelmente, 2020 será um ano lembrado por todos pela pandemia e pelos seus desdobramentos. Para a larga maioria das atividades econômicas, esses desdobramentos não foram favoráveis. No entanto, para o setor de suplementação mineral, a situação foi exatamente oposta: o volume transacionado de suplementos cresceu 11,4% em 2020, totalizando quase 2,4 milhões de toneladas. Diversos fatores explicam esse volume recorde de vendas:

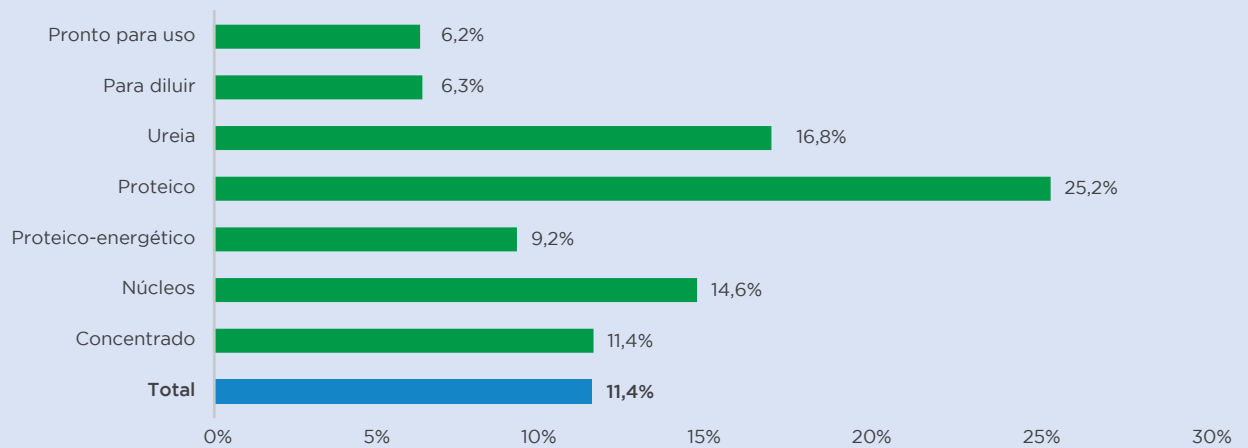
- Mercado interno aquecido, devido, principalmente, às transferências via auxílio financeiro emergencial;
- Mercado externo também aquecido, devido, principalmente, à demanda chinesa, que ampliou as suas importações de carne ainda em decorrência da peste suína africana;

VARIAÇÃO ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME TOTAL DE SUPLEMENTOS MINERAIS
(% A.A.)



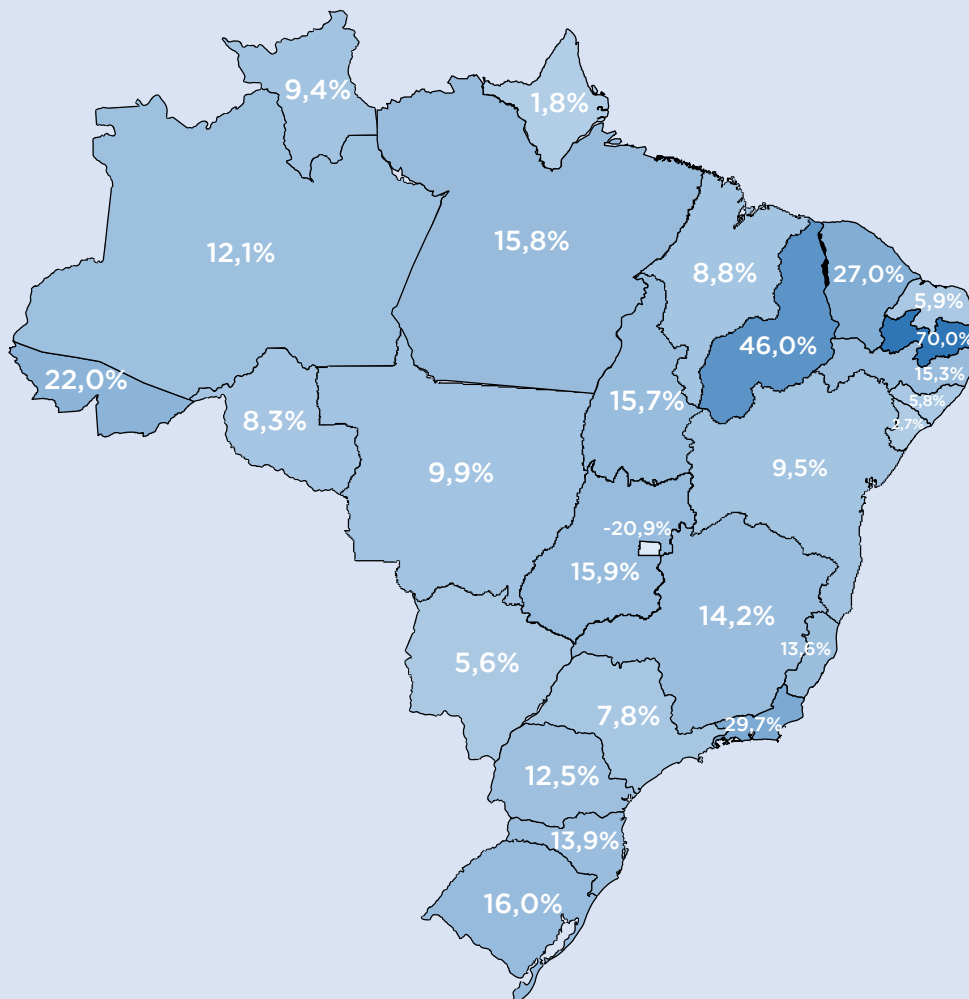
Fonte: ASBRAM

VARIAÇÃO ANUAL DO VOLUME DE VENDAS POR TIPO DE SUPLEMENTO EM 2020



Fonte: ASBRAM

VARIAÇÃO ANUAL DO VOLUME TOTAL DE SUPLEMENTOS MINERAIS POR UF EM 2020 (% A.A.)



Fonte: ASBRAM

O FATOR DECISIVO PARA SUPERAR OS DESAFIOS DE PRODUTIVIDADE



103 NOVILHAS ½ SANGUE, COM MÉDIA DE CONSUMO DE 1,5KG/CABEÇA/DIA.

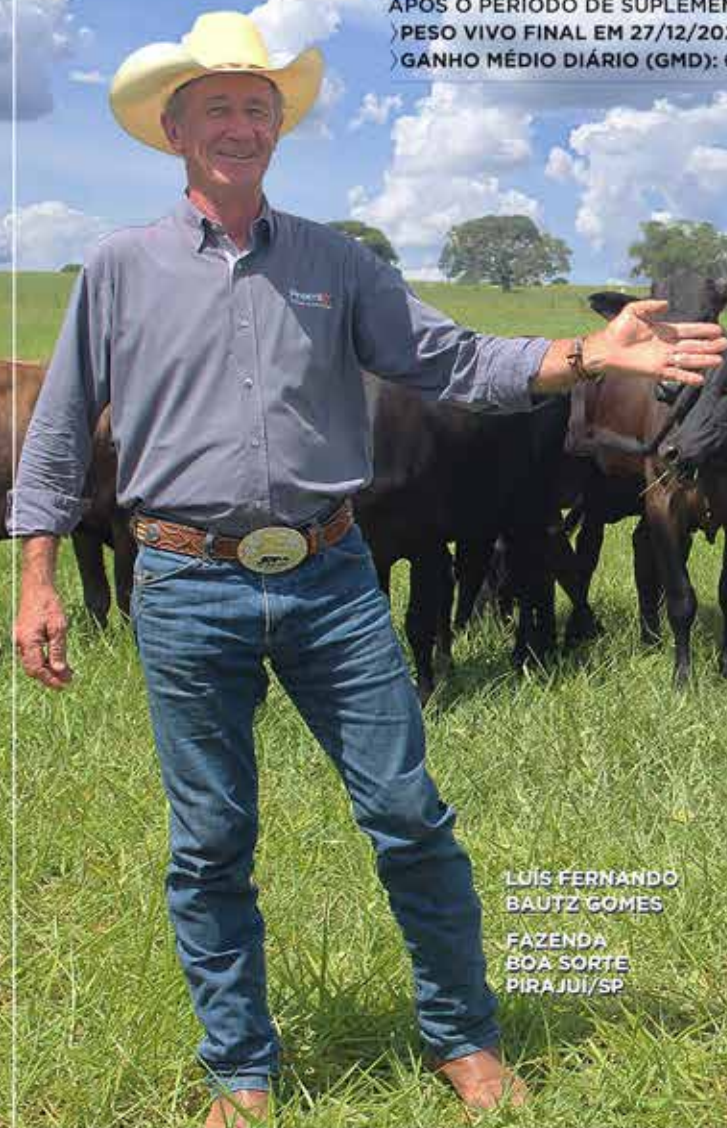
ANTES DO INÍCIO DA SUPLEMENTAÇÃO:

↳ PESO VIVO INICIAL EM 22/10/2020: 264 KG

APÓS O PERÍODO DE SUPLEMENTAÇÃO:

↳ PESO VIVO FINAL EM 27/12/2020: 316 KG

↳ GANHO MÉDIO DIÁRIO (GMD): 0,800 KG/CAB/DIA



LUÍS FERNANDO
BAUTZ GOMES

FAZENDA
BOA SORTE
PIRA JUI/SP



PREMIX.COM.BR



(16) 3605 2900

PremiX
NUTRINDO OS CÉLULOS DA VIDA

PVS

PECUÁRIA
DE VALOR
SUSTENTÁVEL
PREMIX

- Elevação dos preços operados pela pecuária, especialmente o preço da arroba do boi gordo e o valor do bezerro;
- Situação climática mais favorável para a suplementação, devido às chuvas abaixo da média histórica.

Essa conjuntura fez com que, dos sete diferentes tipos de suplemento monitorados mensalmente pela ASBRAM, seis registrassem um volume transacionado recorde em 2020. São eles:

- Pronto para uso – 964,4 mil toneladas (expansão de 6,2% frente a 2019);
- Ureia – 127,4 mil toneladas (16,8%);
- Proteico – 383,4 mil toneladas (25,2%);
- Proteico-energético – 313,8 mil toneladas (9,2%);
- Núcleos – 379,5 mil toneladas (14,6%);
- Concentrado – 97,0 mil toneladas (11,4%).

Apenas o volume transacionado de suplemento para diluir não foi recorde em 2020, com 128,2 mil toneladas, um

aumento de “somente” 6,3% – o recorde é de 2017, com 131,9 mil toneladas. Assim como o volume de suplementos, o número de animais suplementados também foi o maior da história: 64,7 milhões de cabeças, uma expansão de 9,1% em comparação a 2019.

Outro ponto que merece destaque é o crescimento do setor que se deu ao longo de todos os meses de 2020. Mais precisamente, o setor tem crescido de forma ininterrupta desde agosto de 2019. Por fim, vale ressaltar que, ao desagregar os números da ASBRAM por Unidade da Federação (UF), com exceção do Distrito Federal, o volume de suplementos transacionados cresceu em todas as UFs, fato inédito para o setor.

Por fim, mesmo que 2021 não reúna todas as condições favoráveis que conduziram o setor em 2020, o ano deve ser ainda bastante favorável. Para aqueles que acompanham de forma mais próxima os números da suplementação mineral, vale um último comentário: a base de comparação (isto é, o ano de 2020) será muito larga agora em 2021. Logo, dificilmente, haverá taxas de crescimento tão robustas neste ano, mas isso não significará uma perda de fôlego para o setor. ■

[A Agroanalysis agradece a contribuição de Elizabeth Chagas, vice-presidente executiva da ASBRAM.](#)

HOMENAGEM A JORGE MATSUDA

Em 2012 e 2013, tivemos na presidência da ASBRAM a gestão do meu pai, Jorge Matsuda, empresário desse setor de insumos. Um homem ético e comprometido, abraçado à luta pela redução dos impostos impactantes sobre os custos de produção da carne brasileira. Visando a benefícios para os produtores e os consumidores, preocupava-se em nunca deixar pendências e procurava a melhor solução para tudo, sempre empreendendo.

Junto aos compromissos da sua própria empresa, ajudava nos trabalhos da Associação, sempre ligado ao que estava acontecendo à volta, seja aqui ou no mundo. Como visionário, tinha consciência da capacidade do Brasil de ser um celeiro do mundo. Dedicava-se às atividades possíveis que colaborassem para esse fim e, consecutivamente, marcava presença nos eventos sociais. Buscava parcerias e convênios. Promovia simpósios e fóruns, realizados de forma muito bem-sucedida.

Creemos que o trabalho do meu pai honrou as gestões anteriores e preparou muito a Associação para o futuro, fortalecendo-a por meio da seriedade e da competência. Acompanhamos a continuidade desse perfil competente ainda hoje. Apoiamos e torcemos para que muito daquilo que foi buscado e ainda não se concretizou possa ser alcançado em breve.

Deixamos o agradecimento em nome de toda a família e amigos, com o sentimento de dever cumprido durante o período de gestão do meu pai na ASBRAM, onde, além de parcerias, grandes amizades se perpetuam. Muito obrigado.

Leonardo Matsuda





SUPLEMENTAÇÃO

#VAIBEMNOCOCHO #VAIBEMNOGADO #VAIBEMNOBOLSO



Compre suplementos minerais de associados da **ASBRAM**.

www.asbram.org.br | 55 (11) 3061.9077



Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais

REUNIÃO DO COSAG

GOVERNO JOE BIDEN E OS SEUS EFEITOS NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Juntamente à reunião do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscex) – presidido pelo embaixador Rubens Barbosa –, a reunião do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) foi realizada em 1º de fevereiro último, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

ABERTURA



JACYR COSTA FILHO

Membro da Diretoria do Grupo Tereos e presidente do Cosag/Fiesp

Antes de dar início aos trabalhos, gostaríamos de fazer algumas menções. Assim, saudamos a indicação do ex-ministro da Agricultura Alysso Paolinelli ao Prêmio

Nobel da Paz, como reconhecimento da sua liderança no aumento da produção sustentável de alimentos. Essa láurea é concedida anualmente pelo Comitê Nobel Norueguês para a personalidade que tenha trabalhado pela fraternidade entre as nações.

Lamentamos o falecimento do produtor rural Herbert Bartz, um dos principais introdutores do sistema de plantio direto no Brasil. Em seguida, solicitei o pronunciamento do nosso conselheiro Francisco Matturro. “De origem alemã, nasceu em Rio do Sul, no estado de Santa Catarina. Em 1972, visitamos a sua fazenda, em Rolândia, quando começou a história do plantio direto sem arar e gradear o solo e aplicar herbicida.



SÉRGIO AMARAL

Diplomata, advogado e professor universitário

Falaremos um pouco mais sobre a geopolítica. O risco político de hoje não é apenas dos países, mas também das empresas, incluindo o agro. Nesse mundo de grandes transformações, assistimos à recente eleição do presidente Biden nos Estados Unidos, junto à emergência da China e à ocorrência da pandemia. Podemos, agora, incluir nesse contexto a volta do multilateralismo e a questão do clima.

Biden adotou políticas diferentes das adotadas por Trump, para retomar um ambiente amistoso, com a valorização dos partidos políticos, a busca do centro e a negociação

Depois, veio a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para divulgar o plantio e a colheita na palhada das plantações. De lá para cá, desenvolvemos a agricultura tropical. Fica, aqui, a nossa singela homenagem a esse grande brasileiro”, discorreu Matturro.

Para fazer a apresentação do nosso expositor, passaremos a palavra ao embaixador Rubens Barbosa. “Tenho o prazer de anunciar o nosso colega e amigo Sérgio Amaral, de larga carreira diplomática, que ocupou cargos de altíssima importância para a política externa do nosso País: secretário internacional do Ministério da Fazenda, embaixador em Londres e em Washington. Ele possui larga folha de serviços prestados para o Itamaraty, sendo um grande conhecedor dos detalhes da política americana e, portanto, estando mais do que qualificado para falar sobre o novo governo Biden e as implicações para o agronegócio brasileiro”, comentou Rubens.

política. Na política externa, busca restaurar as alianças com alguns países tradicionais, em particular da Europa. As suas prioridades para o clima estão em sintonia com as posições adotadas pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, isto é, a transição da economia fóssil para outras fontes energéticas. Mas existem pontos de discordância com a União Europeia na regulação da indústria aeronáutica, sobre produtos e serviços eletrônicos e de gasoduto etc.

Ganha ideia o Green New Deal, com as propostas econômicas para ajudar a combater as alterações climáticas e a desigualdade econômica, defendidas pelas correntes apoiadoras do

senador Bernie Sanders. Tal ideia remete à política do New Deal, criada no governo de Roosevelt para tirar os Estados Unidos da recessão depois da crise de 1929. Esse caminho envolve uma maior participação do Estado na economia, com

investimentos em obras de infraestrutura e a implementação de uma política industrial para defender o “*buy America*”, ou seja, a compra dos produtos americanos em primeiro lugar.

NEGOCIAÇÕES ENVOLVEM UMA AGENDA AMBICIOSA

Na verdade, os dois lados do Atlântico possuem uma agenda ambiciosa. É um processo de negociação em que as empresas estabelecem as regras e os padrões da economia mundial, para, depois, estes se estenderem aos demais países. Nesse processo, existem alguns pontos a que devemos estar atentos:

- Um acordo entre os Estados Unidos e a Europa deverá ter muita relevância no cenário global. O Brasil precisa estar atento a esse movimento para participar das discussões e das negociações desde o início.
- A forma central com que Biden, também em parceria com a Europa, conversará com a China: se a estratégia for no sentido de abandonar a política de sanções de Trump, consideradas contraproducentes, isso será um grande alívio para o Brasil.
- Sobre a volta das negociações abandonadas por Trump, como, por exemplo, o Acordo de Paris, teremos, neste ano, a 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês), programada para ser realizada em Glasgow (Escócia). Se, no século XX, a utopia da minha geração eram as reformas sociais; no

século XXI, predominam o mundo mais limpo e o combate às mudanças climáticas. Não se trata apenas de uma decisão dos governos e das regras definidas nos organismos multilaterais, mas de um compromisso da sociedade.

Cabe destacar, também, que a Europa e os Estados Unidos representam 36% das exportações brasileiras. Se considerarmos a China, acrescentamos 29%. Por outras razões, tivemos momentos difíceis, fruto de uma política equivocada que poderia estremecer a relação comercial com os chineses, assim como acontece no assunto da Amazônia. Esse quadro contribui para o isolamento do Brasil no cenário internacional justamente quando grandes atores se preparam para dar início a um processo de negociação para definir os rumos da política e a economia mundial no século XXI.

O eixo China-Estados Unidos deverá plasmar a nova ordem mundial, seja na direção da cooperação ou do conflito. Esse processo está em curso. Não haverá uma reunião diplomática para negociar as questões entre os dois países; a queda de braço faz-se no dia a dia. Esse grande choque levará ou não à construção de um *modus vivendi*, com uma grande influência para o Brasil.

GOVERNO E SETOR PRIVADO DEVEM APRESENTAR PROPOSTA E POSIÇÃO CLARA

Nesse cenário, há muitas oportunidades e desafios. Ao deixar o Brasil há alguns meses, o embaixador da Alemanha foi claro ao colocar no centro das dificuldades a questão da Amazônia. Ele disse que “a Amazônia requer medidas rápidas, drásticas e verificáveis”. A região é um dos equívocos que praticamos em matéria de política externa. Precisamos fazer os ajustamentos da política externa para o Brasil não sofrer danos diante da mudança completa na conjuntura internacional.

Temos, possivelmente, uma visão contaminada sobre a Amazônia. Falta a apropriação dessa região como uma coisa nossa e fazer mudanças não porque os estrangeiros querem e os ambientalistas demandam. Trata-se de um ativo muito valioso para protegêmos e valorizarmos pela biodiversidade,

com programas de cooperação e parceria junto a países abertos a isso.

É uma oportunidade para o País também avançar na política externa, com a liderança que sempre teve em várias pautas internacionais, sobretudo nas reuniões ambientais. Não é justo que a agricultura brasileira pague pela irresponsabilidade de poucos que são praticantes de delitos no desrespeito às regras para a proteção da Amazônia. Não é razoável ficarmos, seja no Governo ou no setor privado, sem uma proposta e uma posição clara. Diferentes setores da sociedade podem ajudar com uma nova abordagem e sugestões concretas para valorizar a biodiversidade e, sobretudo, a cooperação internacional.

Existem alguns passos a serem considerados. Primeiro, tem-se o fato de o Brasil ter construído um caminho equilibrado no Código Florestal, mas que precisa ser valorizado, respeitado e cumprido. Desenvolvemos uma tecnologia de agricultura tropical com grandes resultados em termos de aumento da produção e da exportação sem comprometer o meio ambiente. Como, após a pandemia, haverá uma grande expansão da produção agrícola em áreas que ainda não tenham tido expansão, é importante a presença de empresas brasileiras em novos mercados, como na África. A maior ambientação das empresas brasileiras em diferentes mercados, certamente, valorizará sua tecnologia como prestadora de serviços e ampliará as possibilidades de exportação.

Segundo, apresentamos uma proposta para a ministra Tereza Cristina sobre a segunda etapa da internacionalização das empresas do agronegócio. Como aposta na questão ambiental e na mudança climática, a China pretende que o etanol alcance 10% da energia utilizada nos transportes como combustível, tendo conseguido, até agora, não mais do que 4%. Seria interessante que as empresas brasileiras explorassem esse mercado. Levamos o projeto para a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). Existe uma consultoria chinesa pronta para trabalhar nisso. Costumamos ver o mercado chinês com foco em exportações e, apenas raramente, como fonte de parcerias.

COMENTÁRIOS



MARCOS JANK

Conselheiro do Cosag e professor e pesquisador sênior de agronegócio global no Insper

Começaremos falando da concertação internacional, do multilateralismo. Veremos as pessoas do gabinete de Biden e por que a agenda climática será o centro da política americana. Depois, trataremos como isso impacta o Brasil e terminaremos com algumas recomendações estratégicas para o Cosag.

Trump tirou os Estados Unidos do multilateralismo quando saiu da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês), negociada com onze países das Américas e da Ásia. Logo depois, propôs uma revisão do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, também em inglês), com mudança de nome. A seguir, fez críticas a órgãos internacionais importantes, como as Organizações Mundiais da Saúde (OMS) e do Comércio (OMC), e ficou de fora da COP. O discurso era “*America first*”.

Agora, Biden retoma o multilateralismo para discutir sobre paz, direitos humanos, comércio, finanças e

Terceiro, devemos fazer uma maior promoção do agro no exterior. Neste momento em que estamos na berlinda, talvez as campanhas de publicidade sejam recebidas com desconfiança. Precisamos ajustar a Embrapa para esse novo momento de internacionalização do agro, decorrente de maiores investimentos. Enquanto o agronegócio apresentasse propostas concretas, o Itamaraty caminharia para uma política consistente, recorrente e continuada de promoção do agro. Tudo isso para mostrar que a nossa Revolução Verde não compromete o meio ambiente e pode servir de referência a outros países.

Quarto, quanto às negociações globais, era fácil antigamente, mas nem sempre era feita a comunicação entre o setor privado e o Governo nas negociações multilaterais. Hoje, essas articulações tomarão um feitiço bastante diferente. Nem sempre ocorrerão por meio de reuniões diplomáticas tradicionais. Haverá outras formas de convencimento da opinião pública e de atração dos órgãos de governo.

Enfim, esse processo enorme de transformações ocorre em diferentes áreas e países. O giro da geopolítica traz grandes modificações e um deslocamento tectônico poucas vezes visto na história em tal intensidade e amplitude. Essa dinâmica cria desafios, desconfianças e receios, mas também muitas oportunidades. O agro deve acompanhar de perto esse processo, como uma medida para antecipar problemas e impactos e identificar oportunidades e iniciativas.

desenvolvimento com o Banco Mundial, a OMC, o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros órgãos. Hoje, temos novos temas críticos que exigem coordenação multilateral, como segurança biológica, saúde pública, telecomunicações, cibernética, corrupção, migrações, transparência e mudança do clima.

Então, é preciso construir coalizões e participar de frentes de negociação. Várias iniciativas surgem, como os Amigos do Desenvolvimento Sustentável, em Genebra, e a chegada do Green Deal à OMC. Com o retorno dos Estados Unidos à Convenção do Clima e a sua pressão, junto com a Europa e a China, nas questões de mudança climática, é importante participarmos da construção de consensos e regras e não ficarmos de fora neste momento.

MUDANÇA CLIMÁTICA É UMA AMEAÇA OU UMA OPORTUNIDADE?

No gabinete de Biden, assume John Kerry como articulador importante do Acordo do Clima de Paris. O presidente anuncia um pacote de US\$ 1,9 trilhão para pavimentar o caminho da cooperação global em descarbonização. Katherine Tai, com muita experiência de negócios com a China, passa a ser a nova representante do United States Trade Representative (USTR). Já Tom Vilsack, que foi ministro da pasta de Agricultura durante oito anos, assume novamente esse cargo.

Como possuem os dois maiores programas de biocombustíveis do mundo, uma agenda de cooperação internacional entre o Brasil e os Estados Unidos poderá fazer com que outros países com mandatos de mistura caminhem para usar 5%, 10% e 15% de etanol na gasolina. Essa é uma agenda extraordinária a ser trabalhada.

Hoje, o agro do Brasil exporta em torno de US\$ 15 bilhões para os Estados Unidos, sendo 80% em produtos florestais, café, açúcar, carne bovina e suco de laranja. Há uma série de outros itens a serem trabalhados, como frutas, hortícolas, nozes e castanhas, pescados, bebidas em geral e alimentos processados. Assim como os países da Costa do Pacífico e da América Central possuem uma grande pauta agrícola com os Estados Unidos, podemos trabalhar em conjunto sob uma ótica seja bilateral ou multilateral, com uma agenda de convergência em acesso a mercados no mundo. Os nossos conflitos ocorrem por causa dos subsídios das políticas agrícolas norte-americanas.

Imaginem os Estados Unidos, a Europa e a China trabalhando juntos o tema climático, seja no Acordo do Clima ou na OMC. Então, questionamos: para o Brasil, a mudança do clima é uma ameaça ou uma oportunidade? A parte negativa está no desmatamento descontrolado, principalmente

na região amazônica, estando em torno da metade do que era no começo da década de 2000, mas tendo crescido nos últimos anos. Antes, o tema concentrava-se entre produtores e ambientalistas; agora, alcança a dimensão de risco Brasil.

Bancos, importadores e supermercados vão além da legislação do Código Florestal quando falam de desmatamento zero no Cerrado. A nossa pauta devia ser cumprir o Código Florestal e combater o desmatamento ilegal concentrado em terras públicas e áreas indígenas. Essa questão exige uma força-tarefa.

Para criticar o Brasil, o presidente Emmanuel Macron falou que produzirá mais soja na França, cuja produtividade e custo não competem com os da soja brasileira. Essa comparação vale para a Europa. Nas energias renováveis, 45% da nossa matriz energética é limpa, com biocombustíveis e bioeletricidade. Existem as exigências de Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP) do Código Florestal. Assim, a agricultura contribui de forma positiva com a agenda climática internacional. Das emissões de gases do efeito estufa (GEE) do Planeta, 73% vêm de energia e transportes, 6,5% do desmatamento e do uso da terra e 12% da agricultura.

O grosso do problema no mundo está na área de transporte e energia, em que o Brasil participa como solução. Na integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), contamos com 15 milhões de hectares e caminhamos para 30 milhões até o final desta década. Há, ainda, 170 milhões de hectares de pastagens, com deslocamento de áreas para lavouras, tudo dentro do Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Programa ABC).

ENTENDER O NOVO MOMENTO E MUDAR O DISCURSO

Com solo, vento, água e biomassa, o Brasil não pode ser o vilão na questão da mudança do clima. Não existe paralelo no mundo nesses quatro elementos. O País tem um potencial imenso em hidrelétricas, energia eólica e biomassa. Mesmo assim, talvez mais por erro de comunicação, predomina a leitura da agenda climática negativa sobre mudança do clima no Brasil. Precisamos, também, pressionar o Governo na regularização, seja fundiária das regiões Norte e Nordeste, seja ambiental com a fiscalização e o combate ao desmatamento ilegal. O agro moderno não deveria abraçar a ilegalidade, e os ambientalistas deveriam entender que o Código Florestal é o objetivo.

As nossas recomendações são de entender o novo momento e mudar o discurso, em três aspectos:

- Pelo fato de o multilateralismo e o clima representarem mais oportunidades do que ameaças, um conjunto de empresas pode construir cadeias sem desmatamento e com rastreamento, monitoramento e certificação. Mas existem aquelas que não dependem de mercado externo e compram soja e boi das áreas desmatadas. Ficam negócios abaixo e acima da lei em termos de padrões de uniformidade e controle.
- Há um alto risco de coexistência desse sistema exportador de primeira classe e outro para consumir internamente os produtos. O setor privado pode contribuir no sentido de fomentar e incentivar avanços nas políticas públicas para as regularizações fundiária, ambiental e de controle.

- Quanto a trabalharmos nas frentes positivas das agendas internacionais, podemos ser um dos melhores casos de intensificação da produção no mundo, mas isso significa menos desmatamento. Precisamos colocar para o mundo a seguinte pergunta: quem alimentará 10 bilhões de pessoas em 2050? De onde virão os alimentos e qual será o modelo de produção usado? Essas iniciativas deveriam vir do setor privado, e não de propaganda pública, com envolvimento direto dos *stakeholders* nesse diálogo, sejam europeus, americanos ou asiáticos.

A governança ambiental, social e corporativa (ESG, na sigla em inglês) estabelece critérios e métricas internacionais para lidar com o desenvolvimento sustentável. Além de permitir a comparação das melhores empresas do mundo de cada setor, esse procedimento servirá como um novo paradigma de financiamento e de crescimento das empresas. Será uma agenda de instrumentos de controle e incentivo para as energias renováveis e a intensificação da produção sustentável do agro.

ENCERRAMENTO



ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

A primeira interpretação clara diz respeito às mudanças trazidas pelo governo Biden em relação a políticas multilaterais, com a questão ambiental como tema central e absoluto. Esse assunto virou a utopia do século XXI porque é um tema da sociedade do mundo inteiro, e não de lideranças, governos ou de quem quer que seja. As gerações – sobretudo, a dos jovens, que será predominante nos próximos quarenta a cinquenta anos – querem isso.

Outro ponto que ganha dimensão relevante é o do multilateralismo, incluído numa relação complexa na linha do Green Deal entre China, Estados Unidos e União Europeia. Essa conjuntura poderá realmente afetar de maneira dramática o nosso agronegócio. Em todas as discussões traçadas, ficou nítido que não podemos ficar de fora delas. Ao contrário, precisamos estar fortemente integrados a elas, tendo em vista o aspecto comercial e de acesso a mercados.

Duas grandes perguntas foram muito bem colocadas:

- O que nós, brasileiros, queremos de verdade em relação a essas questões de meio ambiente, multilateralismo, Green Deal, inserção comercial, entre outras? Quais vantagens teremos nas energias renováveis, nas tecnologias tropicais e, enfim, nas áreas em que temos importância, inclusive da Amazônia? Como grandes ativos, precisamos dizer com clareza o que queremos. Os palestrantes provocaram e ratificaram essa preocupação.
- O que nós queremos, o que podemos fazer e aonde podemos chegar? O nosso papel terá de ser definido daqui para frente. Ficou bem transparente que precisamos trabalhar nessa direção, em especial no setor

privado, obviamente. Isso implicará ações de governo mais à frente.

Então, supomos que ficamos com uma missão ao sairmos dessa reunião extraordinária, diante das preocupações colocadas sobre como saberemos o que queremos e como faremos acontecer. Uma conclusão óbvia consiste na criação de um Grupo de Trabalho (GT) coordenado pelo Cosag, tendo a participação do Sérgio Amaral, do Marcos Jank e do Rubens Barbosa, com o suporte do Departamento do Agronegócio (Deagro) da Fiesp. Temos de trabalhar unidos e integrados na busca dessas respostas.

Queremos aproveitar essa oportunidade, já comentada pelo Jacyr na abertura da reunião, do lançamento por um grupo de empresas e entidades da candidatura formal do Alysson Paolinelli ao Prêmio Nobel da Paz. A iniciativa foi muito bem aceita no Brasil inteiro. Tivemos a participação de 25 instituições brasileiras, com 119 cartas de apoio, sendo 24 de outros países. Há mais de trezentos candidatos ao Prêmio, e o julgamento caberá ao Comitê formado por representantes do Parlamento norueguês, que indicará, até abril, uma lista pequena de candidatos, sem sabermos quantos.

Candidato forte, trabalhamos duramente para que avance positivamente o nome do Paolinelli. Estamos lançando uma campanha institucional pela mídia impressa e nas redes sociais. À disposição e com acesso livre a todos, foi lançado o site <https://paolinelli-nobelpeaceprize2021.com>. Na área de Comunicação, contamos com uma empresa na própria Noruega, onde a decisão será tomada. Cumprindo as normas da premiação, a indicação acadêmica foi feita pela Esalq, que faz parte do *top* 5 do mundo em Ciências Agrárias. ■

DIÁRIO DE BORDO

DE NOVO, A COMUNICAÇÃO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)



HÁ DÉCADAS, o setor rural brasileiro, por meio das suas lideranças, queixa-se da dificuldade de comunicação com o setor urbano. Mais do que isso, é recorrente a afirmação de que temos sido muito eficientes para falar “com nós mesmos”, isto é, para dentro da sociedade rural, e muito ineptos em falar para fora, com outros estamentos sociais.

Foram feitas algumas tentativas para inverter isso, sem sucesso por falta de recursos. Entretanto, tudo indica que estamos na iminência de ver esse cenário mudar. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) está preparando uma ampla ação de comunicação, construída por profissionais de alto nível, tendo em vista mostrar a verdade sobre o nosso agro, ainda que isso implique reconhecer os deslizamentos cometidos por aventureiros e exigir sua responsabilização e punição, o que deverá ter efeito tanto nacional, quanto internacionalmente.

Dentro desse projeto, que será muito bem-vindo, haverá um segmento de caráter cultural que procurará mostrar as raízes do nosso “caipira”, elemento basilar da nossa brasilidade, nem sempre compreendido e respeitado pela população urbana do País e, muitas vezes, ironizado e desprezado, mas cujo papel na abertura e na colonização da fronteira agrícola foi fundamental. Aliás, o grande linguista Silveira Bueno define o termo assim: “matuto, roceiro, pessoa acanhada”, com origem nas partículas da língua tupi *kaa*, que significa “mato, vegetal”, e *pir*, que equivale a “corta”. Portanto, o significado seria “cortador de mato”. Sem ele, a produção rural não teria começado, nem mesmo a cafeicultura, que se instalou nas terras mais férteis do País e, portanto, aquelas com florestas tropicais luxuriantes, de difícil dominação. Pois então, o caipira abriu o Brasil.

Na ação da CNA, o capítulo que tratará desse personagem e do seu entorno terá uma divisão temática, que considerará pelo menos:

- **Crendices e superstições:** há centenas, inclusive de caráter regional, “explicando” a ocorrência de fenômenos naturais e sua ligação com a atividade rural. São histórias passadas de geração em geração, fruto de observação consolidada, e que incorporaram, até mesmo, lendas com o realismo fantástico e o sobrenatural.
- **Causos pitorescos:** a “esperteza” do caipira gerou muita curiosidade e diversão, tendo produzido milhares de contos escritos ou relatados por autores respeitados, como o tietense Cornélio Pires.
- **Música:** o cantar sertanejo em geral narra histórias completas, com começo, meio e fim, sendo acompanhado por instrumentos tipicamente brasileiros, como a viola caipira, de belíssima sonoridade.
- **Usos e costumes:** há uma culinária regional muito apreciada, variada e rica e um folclore maravilhoso, com danças e vestimentas coloridas, cuja análise explica muitos fenômenos da história brasileira, inclusive as diferentes imigrações e o sincretismo religioso.
- **Etimologia:** muitas palavras que fazem parte do vocabulário e dos dicionários urbanos têm origem no interior, seja pela “tradução” de termos trazidos por imigrantes diversos, seja pela adaptação de expressões brasileiras ao que os caipiras entenderam ter ouvido.

Será um grande serviço prestado pela CNA ao povo brasileiro, que, ao conhecer esses assuntos, se sentirá muito mais próximo das suas próprias origens e, ao valorizar o agente rural inicial, valorizará a atividade rural como um todo. ■

“A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) está preparando uma ampla ação de comunicação, construída por profissionais de alto nível, tendo em vista mostrar a verdade sobre o nosso agro...”

PRODUZIR CRISE FISCAL NÃO DEVE SACRIFICAR O AGRO

MARCELO LEMOS

Diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



ESTE ANO começou com a articulação da sociedade civil em torno do fim dos benefícios fiscais do setor agropecuário, retirados pelo governo do estado de São Paulo.

Os dois primeiros meses do ano foram movimentados: houve manifestações sociais e partidárias, chamadas de “tratoções”, por todo o interior paulista e, ainda, na própria capital do estado de São Paulo. Diversas reuniões e discussões estão sendo feitas com o governo estadual e os deputados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) com o intuito de revogar o art. 22 da Lei Estadual nº 17.293/20, apelidado de “cheque em branco”.

Esse artigo da Lei padece não apenas de indícios explícitos de inconstitucionalidade sob a perspectiva tributária, mas também de uma série de violações econômicas e orçamentárias, tanto formais, como materiais. O caso pode parecer restrito ao estado de São Paulo, onde os benefícios fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foram retirados, mas, certamente, terá reflexos em todo o Brasil. Nesse sentido, a articulação de toda a sociedade agropecuária e empresarial paulista é um alerta de que a produção rural não deve ser sacrificada para cobrir a ineficiência dos estados. E mais: esse é um movimento que começou entre os produtores, diretamente afetados pela medida do governo, mas que, com certeza, será reforçado pelo restante da sociedade, que verá as consequências dessa política fiscal no preço final dos bens e produtos de consumo.

O ICMS vem causando um permanente aumento de custos para agricultores no estado de São Paulo. A sociedade vinha tolerando a ineficiência fiscal e administrativa por duas

razões: confiava no compromisso dos governos de usar os recursos arrecadados de forma adequada; e acreditava que a carga tributária seria suportável pelo setor. A realidade, porém, vem sendo bem diferente.

O governo do estado de São Paulo retirou os benefícios fiscais do setor agropecuário com o objetivo de arrecadar fundos para cobrir o rombo da pandemia de COVID-19. Entretanto, aumentou o orçamento do estado com *marketing* e, ainda, os salários dos seus servidores. Ademais, o governo esqueceu de mencionar à sociedade que o estado cresceu, mesmo que pouco, no ano da pandemia, o que, claramente, vai contra o discurso de crise fiscal em virtude da pandemia. Evidentemente, o objetivo do governo é continuar a aumentar os seus gastos correntes e passar a usar esses recursos para custear a máquina pública e o *marketing* político.

Os estados precisam cumprir seus deveres de manter o equilíbrio fiscal e os compromissos políticos de empregar os recursos públicos arrecadados na finalidade adequada. A sociedade não ficará inerte em relação à falta de gestão da máquina pública, principalmente quando isso envolve ilegalidades latentes na forma como o aumento de receita do estado foi realizado.

É necessário que os estados criem condições de reduzir desperdícios, eliminar mordomias e conter privilégios internos do setor público sem cobrar essa conta do setor produtivo.

Outro ponto relevante é o risco de esse tipo de retirada de benefício fiscal estender-se para outros estados. Nesse sentido, até que ocorra um freio pela sociedade, seja nas ruas ou nas urnas, os nossos representantes tenderão a impor custos aos contribuintes pelos estados. ■

Nos primeiros meses do ano, houve “tratoções” pelo interior e na capital do estado de São Paulo, motivados pela hipótese de extinção dos benefícios fiscais do setor agropecuário.



OPINIÃO

DESBUROCRATIZAR E SIMPLIFICAR PARA CRESCER

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

A BUROCRACIA é um adversário cruel da economia em todo o mundo. E o Brasil possui uma posição de destaque entre os países mais burocráticos.

Durante o período de 2010 a 2020, apenas a pasta de Agricultura do estado de São Paulo publicou cerca de setecentos atos normativos, entre assuntos administrativos, organizacionais e técnicos. Imagine a quantidade total se forem somados todos os atos das aproximadamente vinte Secretarias em cada uma das 27 Unidades Federativas (UFs) e nos 5.570 municípios brasileiros, além das Leis Municipais, Estaduais e Federais e dos atos editados diretamente pelo poder Executivo federal. É um cenário desmotivador para qualquer investidor!

Não é por acaso que, segundo o Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa a 71ª posição no *ranking* global de competitividade. Essa desconfortável posição tem como uma das principais causas justamente os elevados entraves gerados pela regulação governamental. Já nesse indicador, segundo a instituição, o Brasil ocupa a última posição do *ranking* entre 141 países.

É evidente que nem toda burocracia é desnecessária. Existem tipos bons e ruins. A boa corrige as falhas de mercado, protege os cidadãos de riscos naturais e sociais, assegura o acesso aos direitos constitucionais e pavimenta o caminho para a implementação de políticas públicas que levam ao desenvolvimento. Já a má cria entraves para os negócios e impõe altos custos para a sociedade, resultando em fechamento de empresas, desemprego, diminuição do crescimento econômico e queda da arrecadação.

Em todo o mundo, a má burocracia tem sido combatida com a implantação das boas

práticas regulatórias (BPR), uma ferramenta preconizada por diversas organizações, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O método consiste na aplicação sistemática de processos e ferramentas que visam melhorar a qualidade da regulamentação governamental de forma a garantir que os atos normativos sejam adequados a sua finalidade e entreguem os resultados necessários. Além de um rito a ser seguido para a emissão de novos atos, tudo começa por uma grande limpeza do que já existe, com a revogação de atos desnecessários e a revisão de regramentos, processos e procedimentos. Toda essa organização é essencial para dar transparência e segurança ao ambiente legal e simplificar o acesso dos cidadãos às regras vigentes.

Motivados por esse cenário, começamos esse trabalho na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo desde o início da gestão, em que a análise dos atos publicados nos últimos dez anos possibilitou identificar e revogar 63% das resoluções consideradas obsoletas, além da edição do Guia de Boas Práticas Regulatórias da pasta em janeiro deste ano, para guiar o desenvolvimento das normas de fato necessárias, favorecendo a tomada de decisão de gestores públicos e da iniciativa privada.

Implementar as BPR nas instituições brasileiras é um dos caminhos que devemos percorrer para melhorar a nossa competitividade e atrair mais investimentos. Desburocratizar e simplificar dará ao setor privado o protagonismo necessário, com maiores segurança e incentivo para o crescimento econômico. Esse é o caminho, e, como últimos da lista da burocracia, temos de ter senso de urgência! ■

“...segundo o Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa a 71ª posição no *ranking* global de competitividade.”

REFLEXÃO

MOVIMENTOS DISRUPTIVOS

MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



ESG SÃO as três letrinhas mais faladas nas reuniões e nos eventos e que estão mudando a forma de fazer negócios. Sigla em inglês para *environmental, social and governance* (melhores práticas ambientais, sociais e de governança), ESG vem recebendo atenção do mercado financeiro por representar práticas que estão ligadas a negócios sólidos, com baixo custo e menores riscos associados ao clima e à sustentabilidade.

Investidores estão considerando cada vez mais informações ESG para as tomadas de decisão, com foco em práticas de governança, direitos humanos e mudanças climáticas. Isso acontece porque as métricas ESG são mais exigentes e têm mais informações sobre cada uma das companhias.

No mundo inteiro, tem aumentado o número de empresas que disponibilizam relatórios com base em ESG. No Brasil, os parâmetros ainda estão em fase embrionária. Muitas empresas estão sendo demandadas por investidores globais localizados fora do País. O foco maior está relacionado aos assuntos reputacionais e de governança corporativa, mas esse viés está evoluindo para questões ambientais e sociais, pela pressão dos impactos negativos.

Que esse seja um movimento que nos ajude a tratar as causas, e não apenas os sintomas. Em uma época de emergência climática, necessitamos urgentemente de medidas e ações concretas, claras e que envolvam os governos, a iniciativa privada e a sociedade como um todo. Esse é o nosso desafio para a construção de um futuro sustentável.

Em outubro próximo, o Brasil será palco de um desses movimentos que visam ampliar a consciência sobre a nossa riqueza de recursos. Será realizada, no Pará, a 4ª edição

do Fórum Mundial de Bioeconomia (World BioEconomy Forum).

As três edições anteriores do evento aconteceram na Finlândia, mas, com um esforço conjunto da ABAG, da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e do governo do Pará, conseguimos tornar o Brasil o centro de debate dessa nova economia.

Embora represente 60% do território nacional com natureza de riqueza inestimável, a Amazônia abriga mais de 25 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, em meio a um enorme déficit de infraestrutura básica. A bioeconomia tem o extraordinário potencial de transformar esse cenário, deixando de lado o antigo modelo predatório de fazer negócios.

O Brasil possui *cases* de bioeconomia já reconhecidos e apresenta uma imensa riqueza natural, profissionais e tecnologia de ponta para liderar essa virada verde. Além disso, o País tem a maior floresta tropical do Planeta, biodiversidade e um agronegócio sustentável que alimenta 1,2 bilhão de pessoas mundo afora, bem como produz fibras que atendem 3 bilhões de pessoas, de acordo com o setor de florestas plantadas.

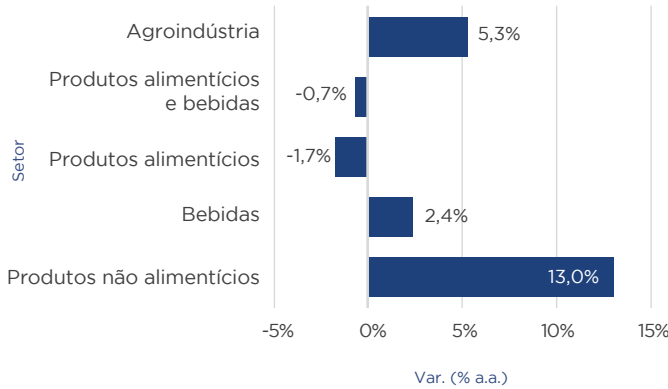
Precisamos reverter a imagem ambiental internacional do Brasil. O primeiro passo é estabelecer metas e estancar o desmatamento ilegal. Paralelamente a isso, devemos combater as queimadas e a grilagem de terras, para, então, iniciar um processo de crescimento sustentável, incluindo o povo amazônico e pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, um processo inclusivo e que gere empregos aos jovens. Que o Fórum Mundial de Bioeconomia no Brasil seja um marco, um ponto de convergência e consolidação de um modelo ESG de desenvolvimento. ■

A Amazônia abriga mais de 25 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. A bioeconomia pode transformar esse cenário, deixando de lado o antigo modelo de destruição das riquezas da Floresta.

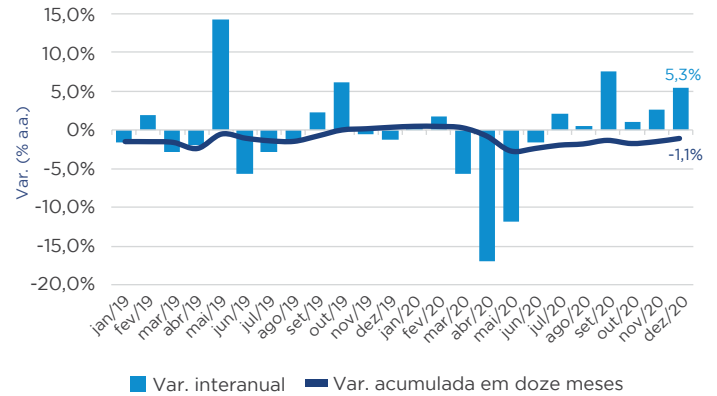
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: DEZEMBRO DE 2020

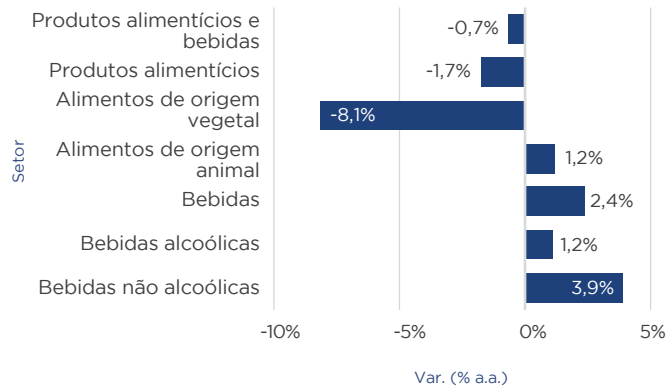
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM DEZEMBRO DE 2020



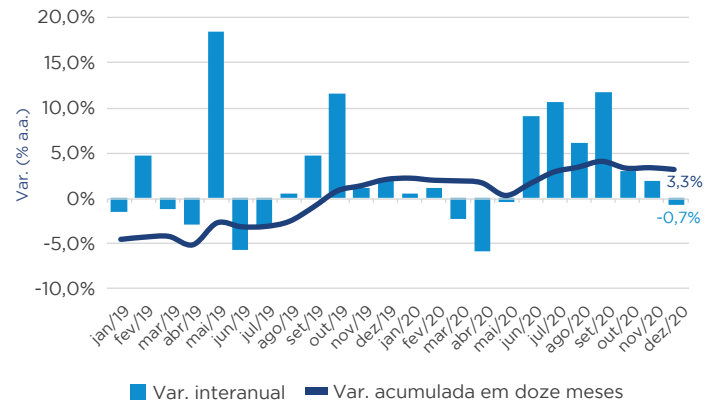
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



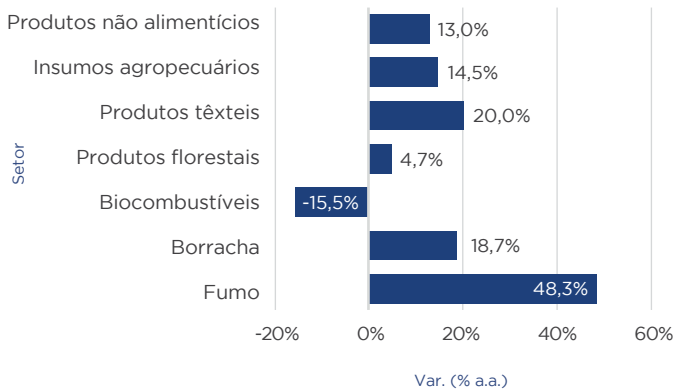
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM DEZEMBRO DE 2020



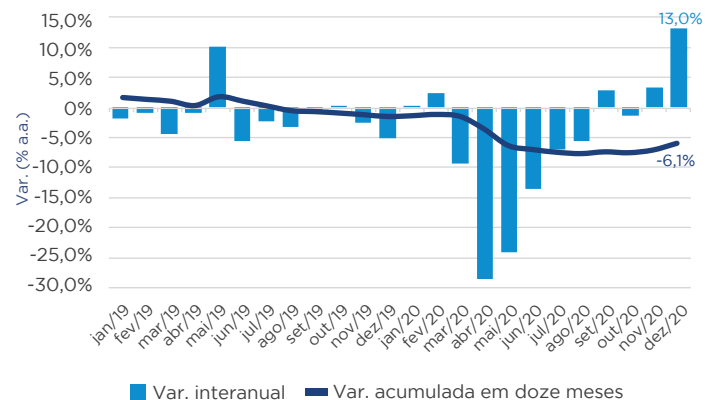
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM DEZEMBRO DE 2020



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro

1ª Edição:
INFORMAÇÃO PARA
DECISÃO

06 e 08
de Abril
às 19h00

PARTICIPANTES



Roberto Rodrigues
Coordenador do
FGV AGRO



Antônio Carlos Aidar
Assessor Especial da
Presidência da FGV e Editor-
Chefe da Revista Agroanalysis



Rogério Mori
Professor de
Macroeconomia
da FGV



André Passos
Advogado e Professor
da FGV



Fabio Mizumoto
Professor e Coordenador MBA
de Gestão Estratégica do
Agronegócio da FGV



Felipe Serigatti
Professor e Coordenador
do Mestrado Profissional
em Agronegócio da FGV



EVENTO GRATUITO
INSCREVA-SE JÁ!

Mais informações:
contato@agroanalysis.com.br

Realização:

AGRO
ANALYSIS

FGV EESP
FGV AGRO



MANIFESTO À UNIÃO DO AGRO

Benditos sejam os homens e as mulheres que trabalham no campo provendo o que nos alimenta. Benditos sejam eles, que, não por acaso, são chamados de produtores. Que reconheçamos o empenho, amor e dedicação que esses valentes empenham todos os dias, ainda antes do galo cantar e desde o princípio, agora e sempre.

Lembremos que antes, décadas atrás, precisávamos comprar alimentos do estrangeiro. Até que os produtores rurais entenderam que era tempo de mudar, arregaçaram as mangas e, à custa de muito trabalho, mudaram nossa posição de dependência e nos tornaram um dos líderes mundiais do agronegócio.

Tornemos notório que o Agro do Brasil é inovador, respeita a fauna e preserva o meio ambiente. Que tenhamos discernimento para entender que a má conduta de poucos não pode macular a imagem do setor que é um dos pilares da economia.

Que todos saibam que aplicamos muita ciência e tecnologia no campo e assim elevamos nossa produtividade em proporções maiores que o aumento de área de cultivo e de pastagem. Hoje produzimos muito mais, em bem menos espaço e com mais consciência.

Que as nossas crianças aprendam desde cedo que o Agro é a maior riqueza do Brasil e cultivem a empatia e a admiração pelos produtores rurais.

Que partilhemos o pão, não nos abstenhamos de ajudar a saciar a fome dos menos favorecidos e ajudemos a prover recursos para que o alimento que vem do Agro chegue até eles.

Que nos conscientizemos que precisamos evitar o desperdício de alimentos a todo custo e em qualquer situação, assegurando a sustentabilidade dos nossos recursos naturais.

Divulguemos que o Agro é um campo de oportunidades, que gera emprego para quem quer trabalhar e negócios para quem quer empreender.

Que tenhamos o cuidado e a responsabilidade de não compartilharmos informações que possam ser equivocadas ou que não sejam de fontes confiáveis, não dando combustível e nem lastro para *fake news*.

Que unamos toda a cadeia produtiva sob uma única narrativa e, assim, mostremos à população que o Agro pode tornar a nossa vida melhor e a economia mais circular.

Assim, quando todos nós, brasileiros, passarmos a valorizar o Agro do nosso Brasil, que produz e alimenta, seremos uma nação que brilhará como jamais se viu e aí seremos completos e imbatíveis.

O Agro é forte, é criativo, é grande e ficará ainda mais se estivermos todos juntos, Todos A Uma Só Voz.

ESTE É O NOSSO COMPROMISSO PELA UNIÃO DO AGRO BRASILEIRO.

todosaumasovoz.com.br

[todosaumasovoz](https://www.facebook.com/todosaumasovoz)

Criadora

Mentoria

Patrocínio

Apoio

RV MONDEL



Apoio de Mídia



Parceiros



coelho & morello advogados associados



TODOS A UMA SÓ VOZ
JUNTOS, TORNANDO O AGRO MAIS FORTE